

FACULDADE DR. LEÃO SAMPAIO – FALS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

KAMILA ALEXANDRE DE CASTRO

O PERFIL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES A PARTIR DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
– CREAS DO MUNICÍPIO DE BARBALHA – CE

Juazeiro do Norte – CE
2010

KAMILA ALEXANDRE DE CASTRO

**O PERFIL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES A PARTIR DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
– CREAS DO MUNICÍPIO DE BARBALHA – CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca examinadora, como exigência para a obtenção de título para Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade Leão Sampaio, sob a orientação do professor Jamerson Murilo Anunciação de Souza.

O PERFIL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES A PARTIR DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
– CREAS DO MUNICÍPIO DE BARBALHA – CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca examinadora, como exigência para a obtenção de título para Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade Leão Sampaio, sob a orientação do professor Jamerson Murilo Anunciação de Souza.

Nome do Aluno

Monografia apresentada em __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Profª Msc. Rose Ane Lucena Lima
(1º Membro)

Profª Msc. Naedja Pereira Barroso
(2º Membro)

Profº Msc. Jamerson Murillo Anunciação de Souza
(Orientador)

Primeiramente à Deus por mais esta etapa vencida, aos meus pais e o meu esposo, Eduardo Sampaio.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus que esteve sempre ao meu lado me dando forças para concluir mais essa etapa da minha vida.

À minha mãe, meu pai que são tudo em minha vida e a razão para que eu decidisse lutar por esse caminho, também pela paciência, amor, companheirismo, e acima de tudo por fazerem acreditar mesmo nos momentos difíceis que eu iria conseguir alcançar os meus objetivos.

A vocês meu muito obrigado.

Aos meus irmãos (as) Lady Kerme, Carla Kassia e Pedro Ivo que em todos os momentos estiveram presentes em minha caminhada apoiando, torcendo, obrigado por estarem ao meu lado.

Ao meu tio Deusdete In'memoriam dedico este trabalho ao senhor minha vitória é sua também. Saudades...

A toda minha família, tanto paterna quanto materna, que de alguma forma contribuíram para que hoje me tornasse essa pessoa que sou, e conseguisse mostrar que sou capaz de traçar meus objetivos e atingi-los.

A minha amiga/irmã Zélia que se manteve ao meu lado em todos os momentos juntas nessa caminhada, com muito carinho, companheirismo, diversão ambas acreditando e dando forças uma a outra para que juntas conseguíssemos ultrapassar e vencer os obstáculos encontrados. Obrigada.

A todos os colegas de caminhada e muitos outros que fizeram e ainda fazem parte de momentos muito importantes de minha vida.

Aos meus amigos e companheiros de Estágio no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social em Barbalha que contribuíram de forma significativa para meu processo de formação, tanto profissional quanto pessoal em especial para a técnica Luciana Cruz o meu muito obrigada pela contribuição.

A Maridiana Dantas orientadora acadêmica dos estágios supervisionados, meus sinceros agradecimentos pela grata contribuição na minha caminhada.

A Marcia Teotonio coordenadora do Curso, que nesses anos agüentou nossas idas a sua sala e sempre nos recebeu tão bem.

Ao meu querido orientador Jamerson que mesmo em meus momentos de desespero, me acalmou e me fez acreditar que era capaz de concluir este trabalho, um imenso obrigado pela sua paciência, ajuda e acima de tudo por ter participado desse momento tão especial em minha vida.

A todos os professores da Faculdade Leão Sampaio em especial as professoras Rose Ane Lucena e Naedja Barroso que contribuíram para o meu acúmulo de conhecimento, com paciência e respeito nesses quatro anos. A todos os funcionários, que em todos os momentos, sempre se colocaram dispostos a dar atenção a nós alunos, sempre com muita educação e alegria.

A todas as pessoas que mesmo sem o meu conhecimento, torceram a favor da minha caminhada para atingir os meus objetivos, um imenso obrigada, pois se não existisse pessoas como vocês, não graça alguma enfrentar esse desafio.

"Deus sempre abençoa o esforço
da busca".

Celina Borges

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e multifacetado ocorre em qualquer classe social independente de faixa etária, sexo, etnia e sociedade. Violência esta impossível de se compreender principalmente pelos riscos de vida que acarretam na vida da vítima. O estudo foi realizado partindo de uma retrospectiva da origem do sistema capitalista do século XIII até os dias atuais, passando pela questão social e suas diversas expressões e adentrando a política social chegando enfim a política de assistência social onde a mesma alcançou o seu lugar enquanto política pública. Este estudo teve como objetivo pesquisar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes da cidade de Barbalha – CE, através dos atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Utilizou-se como procedimentos técnicos e metodológicos a pesquisa quali-quantitativa, busca-se comprovar com os resultados que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrem em todas as faixas etárias e o sexo predominante para a violação desse direito é o feminino. O estudo permitiu perceber que essa violência acontece com maior frequência no âmbito doméstico e por pessoas conhecidas, tendo como meio de coerção mais utilizado pelos agressores a força física e a intimidação psicológica. Destaca-se que há uma necessidade emergente de políticas públicas voltadas para essa questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na medida em que a mesma cresce em números assustadores.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social, Questão Social, Violência Sexual.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is a complex and multifaceted phenomenon occurs in all social classes regardless of age, gender, ethnicity and society. Violence is mostly impossible to comprehend the risks of life that cause the victim's life. The study was conducted starting with a retrospective of the origin of the capitalist system of the thirteenth century to the present day, passing by the social and its various expressions and going into politics eventually reaching social welfare policy where it reached its place as a policy public. This study aimed to research the phenomenon of sexual violence against children and adolescents in the city of Barbalha - EC, through the care provided by the Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. Was used as the technical and methodological qualitative and quantitative research, we seek to demonstrate the results that sexual violence against children and adolescents occur in all age groups and sex prevalent for violation of this right is female. The study allowed us to realize that this violence occurs more frequently in the domestic and acquaintances, and as a means of coercion used by the attackers more physical force and psychological intimidation. It is noteworthy that there is an emerging need for public policies related to this issue of sexual violence against children and adolescents in that it grows in frightening numbers.

KEYWORDS: Social Policy, Social Issues, Sexual Violence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAP'S- Caixa de Aposentadoria e Pensões

CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CF 88- Constituição Federal de 1988

CIBS – Comissões Intergestores Bipartites

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social

IAP'S – Instituto de Aposentadoria e Pensões

IAPAS – Sistema Nacional da Previdência Social

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comercários

IAPI – Instituto e Pensão dos Industriários

IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos

INAMPS – Sistema Nacional de Assistência Médica

INPS – Instituto Nacional da Previdência Social

IPASE – Instituto de Aposentadoria dos Servidores Civis

JK – Juscelino Kubitschek

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira da Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MBES – Ministério do Bem Estar Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB – Norma Operacional Básica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSD – Partido Social Democrata

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SGD – Órgão do Sistema de Garantia de Direitos

SINPS – Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UND – União Nacionalista Democrática

UNO – União Democrática Nacional

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01- Faixa Etária da Vítima.....	52
GRÁFICO 02- Gênero da Vítima.....	53
GRÁFICO 03- Grau de Escolaridade da Vítima.....	54
GRÁFICO 04- Participação da Vítima em Programas Sociais	55
GRÁFICO 05- Estado Civil dos Responsáveis	56
GRÁFICO 06- Renda Per Capita da Família.....	57
GRÁFICO 07- Situação Empregatícia	58
GRÁFICO 08- Vínculo entre Vítima e Agressor	59
GRÁFICO 09- Convivência da Vítima com Agressor após a Denúncia.....	60
GRÁFICO 10- Faixa Etária do Agressor.....	61
GRÁFICO 11- Grau de Escolaridade do Agressor.....	62
GRÁFICO 12- Origem da Denúncia	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL	15
1.1 – Capitalismo e Geração de desigualdade	15
1.2 – A Questão Social e Suas Diversas Expressões	19
1.3 – Questão Social na Contemporaneidade	22
CAPÍTULO II – POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL	24
2.1 – A Política Social e seus Objetivos Históricos	24
2.2 – A Política de Assistência	32
2.3 – Contextualização da Política de Assistência	37
2.4 – Caracterização do CREAS.....	42
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	46
3.1 – O Fenômeno da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	46
3.2 – Percurso Metodológico e o Contexto Institucional	50
3.3 – Análise dos Dados	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE	70
APÊNDICE I – Entrevista	
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

INTRODUÇÃO

A escolha do tema foi gerada a partir de observações de um fenômeno real que é o caso da violência sexual contra crianças e adolescentes que são assistidas pelo CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social da cidade de Barbalha – CE.

Objetiva-se com esse estudo elencar essa problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, tratando-se, portanto de um assunto de grande relevância, na medida em que essa violência cresce gradativamente principalmente no âmbito familiar ou por pessoas conhecidas que em sua maioria convivem no âmbito familiar.

O ponto de partida para a referida pesquisa foi o CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social, instituição esta em que a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes é vista em índices cada vez mais crescentes. Em seguida, partiu-se para a pesquisa de campo, ocasião esta que foi utilizada a técnica de documentação direta e da entrevista como porta para a coleta de dados. A apreciação de todas as informações que foram coletadas partiu-se através da abordagem quanti-qualitativa e também da referida perspectiva dialética na medida em que ambas possibilitariam uma apreensão mais coerente do objetivo a ser estudado.

Antes de ser chegar ao objeto central do estudo será explanado uma análise histórica da origem do sistema capitalista, momento este marcado por profundas transformações, com a falência do feudalismo, trazendo como conseqüências uma nova lógica econômica, política e social. Assim sendo este primeiro capítulo abordará todo o processo histórico do sistema capitalista, sua construção até os dias atuais e como uma de suas conseqüências a problemática da questão social, que aqui não se pode ser reduzida apenas a um conceito mas sim ser vista como algo concreto.

O processo de realização do segundo capítulo compreendeu a política social em todo o seu contexto histórico. Explicitando sua origem, causas e efeito. Destacando a década de 1980 e 1990 onde o campo da assistência social passou a ser introduzida como uma política social, para quem dela necessita-se através da Lei nº 8.742/93 que colocou a assistência social como política social pública e não-contributiva no que se refere ao campo dos direitos sociais.

No capítulo seguinte coloca-se de maneira mais detalhada o percurso metodológico da pesquisa. Como a forma que foi abordada, as perspectivas e a técnica empregada, posteriormente são demarcados os dados que foram captados na pesquisa. Apresentando o

perfil das vítimas em relação a idade, sexo, o aspecto socioeconômico da família e o grau de parentesco da vítima com o agressor. Fica registrado aqui que essa temática da violência sexual contra crianças e adolescentes sem dúvida é uma forma gradativa da transgressão dos direitos. Por isso é de fundamental importância que o Estado promova mais ações e políticas que vise não só a erradicação desta problemática tão presente em nossa sociedade mais também a prevenção. Esta pesquisa é de grande importância para o meio acadêmico e para a sociedade de uma forma global.

Diante de todo o exposto é trazido às considerações finais da pesquisa, momento este de reflexão e de aprendizado. Onde é colocado o Estado e a família como principais responsáveis pelo desenvolvimento social da criança e do adolescente, mesmo diante da degradação da família no cenário atual a mesma ainda é vista como parte principal na formação de indivíduos.

CAPÍTULO I – CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL

1.1 Capitalismo e geração de desigualdade

A origem do Sistema Capitalista se deu na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, devido ao renascimento urbano e comercial dos séculos XIII e XIV.

Com a escassez do feudalismo, uma nova lógica econômica, política e social começa a surgir, o chamado Capitalismo Comercial ou pré-capitalismo, período este que vai do século XVI ao XVII, iniciado com as Grandes Navegações e Expansões Marítimas Européias, uma fase em que a burguesia mercante começou a buscar riquezas em outras terras fora da Europa. Nessa mesma época houve a integração dos continentes americano e africano a fim de articular mundialmente a economia aos interesses das nações européias, possibilitando uma grande acumulação de riquezas. O Capitalismo Comercial criou uma economia de aspecto concorrencial onde às potências econômicas vinham em busca de acordos, implantavam tarifas e promoviam guerras com o objetivo de ampliar seus interesses comerciais. Contudo esta harmonia que circulava entre a classe burguesa e os monarcas ganhou novos terrenos na medida em que os privilégios da nobreza transformaram-se em um entrave ao desenvolvimento dos burgueses.

De acordo com Marx

As relações capitalistas constituem relações de produção de troca (mercadorias) para acumulação de capital, através da expropriação da mais-valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. O sentido do trabalho, portanto, sofre profunda modificação com a instituição das relações capitalistas, pois assume o caráter de trabalho abstrato, produtor de valores de troca, já que ‘o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade-, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (apud BOSCHETTI e BEHRING, 1987:50)

As autoridades monárquicas pela primeira vez na história se submeteram ao interesse de outro poder que tinha grande espaço de intervenção política, devido essa mudança a Inglaterra ajudou diretamente a Burguesia Nacional a partir do momento que concedeu liberdade para o empreendimento de acordos diplomáticos articulando com os diversos setores da economia Britânica voltado ao interesses comerciais, com essa abertura o capitalismo passou a ganhar novas formas e forças dentro do processo da chamada Revolução Industrial.

O Capitalismo Industrial assim chamada de segunda fase do sistema capitalista, iniciada em meados do século XVIII, sofre uma significativa mudança nas relações provenientes do trabalho, pois a busca incessante de acúmulo de bens e valores pelos homens de negócios, aliados aos benefícios da própria ciência e da técnica. O próprio homem deixou de ser artesão para assim tornar-se apenas mais um operário de fábrica.

Antes da chamada Revolução Industrial os artesãos dominavam de forma integral as etapas do processo de produção, do tempo gasto e da própria habilidade desenvolvida na fabricação, ou seja, no final de todo o processo eles detinham o conhecimento do valor do bem por eles produzidos. Esse processo fez com que os mesmos perdessem o poder sobre o trabalho deixando de ser livre passando agora a ser explorado.

Com as inovações tecnológicas o processo de trabalho ganhou mais velocidade de transformação da matéria-prima, as máquinas automobilizadas aceleravam os processos e reduziram os custos. Os trabalhadores depois de passarem por uma especialização de sua mão-de-obra passaram a exercer responsabilidade e domínio sobre uma única parte do processo industrial. Onde agora o mesmo não tinha mais noção do valor da riqueza por ele produzida passando a receber uma determinada função, que na maioria das vezes não era digno.

A classe burguesa, agora munida de capitais passou a controlar os meios de produção junto com essas condições favoráveis a classe burguesa veio à deflagração de contradições entre eles e a classe trabalhadora devido às más condições de trabalho, os baixíssimos salários, as horas excessivas, o trabalho repetitivo, a poluição do ar e os acidentes de trabalho fizeram surgir as greves organizadas pelos operários que mais para frente fez emergir o movimentos sindicais.

Ao passar do tempo o Capitalismo Industrial ganhou novos ares, pois já na metade do século XIX o transporte ferroviário, a eletricidade, o telégrafo e o motor movido a combustão deram início a então chamada segunda fase da Revolução Industrial onde os capitalistas tiveram ascensão em suas formas de atuação.

Segundo Paulo Netto (2001:19), este período é de profundas modificações na estrutura política, social e econômica “(...) trata-se de um período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global (...) conhecido como estágio ‘imperialista’”.

O capital se organizou e reorganizou-se em períodos históricos distintos, que segundo Marx o capital permanece sendo uma contradição em seu processo, pois:

(...) por um lado, tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho enquanto por outro, coloca o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Portanto diminuiu o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentar na forma de trabalho excedente; coloca, portanto, cada vez mais o trabalho excedente, como condição – questão de vida e morte – do trabalho necessário. (1986:228)

Nesse mesmo período é perceptível o crescimento do capitalismo promovendo assim uma riqueza custeada pela massiva exploração da mão-de-obra e da ampliação dos grandes monopólios.

Na passagem para o século XX, adentramos a terceira fase do sistema capitalista, o então Capitalismo Monopolista – Financeiro, onde se tem uma abertura e expansão para o setor industriário, com a ajuda de Henry Ford e do engenheiro Frederick Wisnlow Taylor que incentivaram a elaboração e criação de métodos onde o tempo gasto e a eficiência do processo produtivo fossem cada vez mais aperfeiçoados. Nesta mesma fase o capitalismo ficou marcado pelo grande poder do capital das instituições financeiras onde grupos de grandes multinacionais passaram a deter os rumos do mercado.

Paulo Netto (2001:20) coloca que “(...) a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados”.

O capitalismo continuou produzindo com abundância só que com menos trabalho, porque nessa etapa o sistema já dava sinais que o importante era à forma consumista, a própria humanidade já deixava de lado valores éticos e sociais para dar prioridade a valores como à posse e o poder à custa da desigualdade social.

Para Paulo Netto, o objetivo dos monopólios capitalistas é beneficiar:

(...) os preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altos nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência desce de taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil; e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (pois a tendência ao subconsumo). (2001:20)

Ao analisarmos todas as fases correntes do capitalismo não podemos deixar de discorrer sobre a chamada desigualdade social que é fruto deste sistema que já percorreu séculos e que permanece legitimada contemporaneamente.

O que é perceptível com a propagação do neoliberalismo é o acréscimo desmedido da pobreza junto com a desigualdade social.

Para Ianni (1998: 52),

As desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, repetem-se ou agravam-se. Uma história que se resume nas seguintes palavras: questão social, problema de polícia ou problema político. Uma história que revela à escassa “modernização” alcançada em determinadas esferas da sociedade, enquanto nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma sociedade que fábrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social.

As políticas neoliberais só tendem a aprofundar os problemas estruturais. A sociedade contemporânea de uma forma geral é que passa a sofrer com essas profundas mudanças, originadas também através do processo de reestruturação produtiva. É visível o aumento consubstanciado da precarização do trabalho, do desemprego entre outros.

A partir da década de 1970, esse novo padrão de acumulação flexível trouxe consigo a desregulamentação dos direitos trabalhistas, fragmentando assim a classe trabalhadora e despolitizando políticas.

No século XXI mais precisamente a década de 1990, esse processo de reestruturação produtiva veio a favorecer a globalização, onde se teve a abertura interna e as inovações tecnológicas. Já no Brasil, as relações de trabalho foram sempre marcadas pela vulnerabilidade nas garantias sociais. Mesmo com o grande progresso que foi a CF de 1988 que veio legitimar as políticas sociais, a própria década de 90 não veio a favorecer a ampliação desses direitos.

Iamamoto (2004:1) expõe que:

Vivemos uma época de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização. A mistificação inerente ao capital, enquanto relação social alienada, que monopoliza os frutos do trabalho coletivo, obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho.

Para tanto compreender as mazelas oriundas do sistema capitalista na contemporaneidade se faz necessário compreender também todo o universo do trabalho e os

custos sociais que foram requeridos pelo neoliberalismo que afligiu a década de 1990 e que persistem no século XXI.

Conforme Soares, (2003:1)

A ortodoxia neoliberal não se verifica apenas no campo do econômico. Infelizmente no campo do social, tanto no âmbito das idéias como no terreno das políticas, o neoliberalismo fez estragos e ainda continua hegemônico. [...] pode-se inclusive afirmar que o caráter ortodoxo das idéias e das propostas em torno às questões sociais que nos afligem no mundo contemporâneo manifesta-se ainda de forma mais intensa do que no econômico.

Com o ajuste neoliberal o Estado assumiu um novo papel, a própria globalização junto com as políticas liberalizantes, desencadearam conseqüências devastadoras para a economia, como o aumento do desemprego em grande proporções e o alargamento da desigualdade social.

A preocupação do Estado passou a ser a diminuição do déficit público isso implicou em cortes nos gastos públicos e numa diminuição em recursos para projetos sociais.

Então sendo essa hegemonia neoliberal do Brasil que se acentuou através das reduções dos direitos sociais, trabalhistas e o desemprego estrutural, as diferentes formas de precarização do trabalho, o desmonte da previdência social, o sucateamento da saúde e da educação pública e o deslocamento cada vez mais da assistência social para ações compensatórias e seletivas de atenção a pobreza, tudo isso foi aprofundado pela macroeconomia do Plano Real, dando a adaptação da política social ao contexto neoliberal.

Diante da realidade vigente é notório que em pleno século XXI o modo de produção capitalista não se difere dos séculos anteriores, pois o mesmo ainda encontra-se subordinado ao capital.

1.2 A Questão Social e suas Diversas Expressões

A Questão Social surgiu no cenário europeu mais precisamente em meados do século XIX. Sua concepção esta enraizada na contradição do Capital- Trabalho, fundamentada do modo capitalista de produção, fundada na produção e apropriação das riquezas geradas socialmente. Contudo, a própria teoria social de Marx e Engels nos fornece um arsenal teórico-metodológico apto a esclarecer com precisão à expressão questão social, colocando-a

como a exploração do trabalho assalariado pelo próprio capital e o entrave político do movimento operário contra esta mesma exploração e suas mais diversas expressões.

O tema Questão Social é um dos principais objetos de reflexão teórico-metodológica dos Assistentes Sociais. A mesma é tida por José Paulo Netto como “a razão de ser da categoria” (2001:162).

Sendo oriunda das lutas sociais e políticas das classes operárias

A “questão social” não é senão as expressões de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO, IAMAMOTO, 1983:77)

A Questão Social como de fato já foi supracitado, emergiu mais precisamente na terceira década do século XIX, quando a classe trabalhadora, se organizaram e exigiram reformas no sistema capitalista, lutaram e reivindicaram reais soluções para suas mazelas, como a fome, a miséria, o pauperismo, as péssimas condições de moradia, entre outras mazelas. Sem sombra de dúvida essas múltiplas expressões da questão social foi um grande problema a ser enfrentado pelas classes dominantes.

Então diante das pressões oriundas da organização dos trabalhadores, os ingleses juntamente com as outras classes dominantes, se articularam, e propuseram uma intervenção mais eficaz sobre a questão social, aboliram assim as antigas leis oficiais do próprio pauperismo e passaram a adotar novas medidas paliativas contra a chamada questão social.

Até mesmo o Estado juntamente com as classes dominantes passaram a tratar a miséria das classes trabalhadoras como algo criminoso, onde os mesmos poderiam ser presos ou internados em casas de abrigo.

De tudo fizeram os intelectuais decorrentes da classe burguesa para mascarar a concreta existência das lutas operárias e também a possibilidade real de uma revolução socialista, o que de fato ocasionaria o fim do modo de produção capitalista. A burguesia inglesa limitou a própria consciência, reconheceu algumas expressões da questão social, porém apresentou apenas medidas paliativas que de fato não iriam impactar as estruturas do sistema capitalista. Assim sendo as medidas usadas para combater as mazelas sociais eram reduzidas a questões assistencialistas.

Como já dizia Mário Duayer e João Leonardo Medeiros (2003:242)

(...), na Inglaterra, assim como na Alemanha, o pauperismo julga do resultado ora da falta de beneficência, ora do excesso de beneficência, foi sempre manejado com medidas filantrópicas – administrativas. Portanto, em ambos os casos jamais foi considerado consequência necessária das relações sociais de produção, em particular da indústria moderna.

Para tanto a questão social em suma é uma categoria que expressa à contradição fundamental gerada do modo capitalista de produção. Onde a classe proletariada produz a riqueza, mas não usufrui da mesma.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2002:111)

O proletário livre torna-se totalmente excluído de toda a riqueza que é produzida socialmente, riqueza esta que é de posse do capitalista, por sua vez o proletário que detém a força de trabalho torna-se excluído dos círculos materiais para execução do seu trabalho onde o mesmo fica necessitado das condições objetivas para exultação de suas necessidades.

Ao colocar em foco que a questão social é consubstancialmente atrelada ao conflito capital e trabalho. Iamamoto (1998:28) coloca que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. E nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles, fugir porque tecem a vida em sociedade.

Muitos autores dentre eles o próprio Faleiros expõe que a questão social chegou ao serviço social de forma genérica.

Sendo assim, Faleiros (2001:37), é contra a afirmativa de que a questão social seja apenas objeto específico do Serviço Social. Através do seu diagnóstico o mesmo discute a construção e desconstrução deste objeto, e ressalta que a questão social é apresentada de forma unânime, e ainda assim é utilizada para definir uma peculiaridade da profissão.

Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, combinatório colocá-la (a questão social) como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere às relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais relacionais próprias do próprio desenvolvimento das praticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-

la para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações, que, segundo Netto, caracteriza, justamente o Serviço Social.

Contudo como se pode apreender, a discussão se a questão social é, ou não, objeto de intervenção do Serviço Social, é muito rica e faz jus a atenção em sua análise. Porém esse enfoque não é posto, aqui como objeto de nosso estudo.

1.3 Questão Social na Contemporaneidade

A situação política e econômica atual é marcada por inúmeras mudanças que advêm do novo modo de acumulação, fundado no capital financeiro e que está articulado a uma política de cunho neoliberal, de privatização e terceirização, trazendo consigo profundas conseqüências principalmente nas relações de emprego, trabalho e gestão social. Ambientes onde são criadas novas formas que assume a questão social na contemporaneidade onde se faz necessário a compreensão desse novo cenário conjuntural.

Através do crescente domínio do mercado nos processos econômicos e sociais, advinda a partir dos anos 70, veio a desencadear as novas formas de expressão da questão social mais precisamente no final do século passado. Estas novas formas de expressão mesmo variadas assumem uma dimensão globalizante. As novas formas de produção da questão social são oriundas das transformações mundiais que vivenciamos, onde na atualidade é colocada como terceira revolução industrial. Onde o padrão taylorista/fordista que foi desenvolvido ao passar do século XX e que teve sua fundamentação basicamente na produção em massa onde era desenvolvidos por uma classe operária coletiva e de massa, passa agora a ser substituído por forças produtivas, flexibilizadas e desregulamentadas. Agora a produção passa a ser bastante heterogênea, sumariamente os estoques são reduzidos e há um crescente processo de terceirização e precarização do trabalho.

Segundo Netto (1996:90)

é para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias.

Nesse mesmo contexto essas novas transformações do mundo do trabalho acompanham também as mudanças que ocorreram e ocorrem no Estado que seguem a conjuntura do neoliberalismo, onde seu surgimento nos anos 1940 reagiu contra a política

Keyneisiana, onde combateu a própria ampliação das funções reguladoras do Estado na vida social, onde defendia o livre jogo do mercado.

A ótica neoliberal, ou melhor, dizendo o neoliberalismo vem preconizar a desarticulação do poder dos sindicatos, visando assim o rebaixamento dos salários, aumentando a competitividade dos trabalhadores e impondo assim a política de ajuste monetário.

Sendo assim, Faleiros (1999:53) expõe que:

os recursos públicos estão sendo privatizados e o financiamento de novos fundos não têm mais a responsabilidade pública. Trata-se da implementação de uma ideologia da responsabilização do indivíduo segundo o qual, se não conseguir competir, deve viver como “pária”, como excluído. Como há menos condições de competição nos indivíduos, ou porque sejam cada vez mais exigentes, a consequência desse processo é a produção cada vez maior, de párias sociais.

Na nova conjuntura mundial o que presenciamos é um alargamento da desigualdade e uma redução ou porque não dizer eliminação de regulamentações e do próprio papel do Estado. É visto que principalmente nos países periféricos como é o caso do Brasil, o que vivenciamos é uma integração que se dá no processo competitivo do capital financeiro fazendo como que seja seguido a risca o receituário que é ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual estabelece a privatização do patrimônio estatal nacional.

O ajuste fiscal passa a ser único horizonte da política oficial para poder atender ao pagamento dos juros da dívida que causam, na maior parte, o déficit fiscal, numa sangria das condições sociais do povo, que é quem paga imposto, paga mais pelos serviços privatizados, perde empregos e fica sem os serviços públicos. (FALEIROS, 1999:157)

Assim é visto a nossa conjuntura atual da questão social, em suas diversas formas e expressões, numa visão global, os efeitos que a mesma produz são: o aumento da pobreza, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, violência, moradia na rua ou até mesmo casas totalmente precárias, falta de alimentação, enfim todas essas mazelas da questão social resultam no aumento da exclusão social.

CAPÍTULO II – POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 A Política Social e seus Objetivos Históricos

A política social é um fenômeno que está diretamente ligado ao reconhecimento da Questão Social por parte do Estado através das contradições existentes entre capital x trabalho. De acordo com Behring e Boschetti (2006:51)

As políticas sociais e a formulação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo a sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir um determinado momento histórico, como vimos o de constituição de relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera de reprodução social.

O seu surgimento no Brasil não acompanhou o tempo histórico dos outros países de Capitalismo Central mais se constituiu dessas relações históricas. No Brasil o campo do trabalho emergiu de forma complexa, sendo marcado pelo sistema escravagista, pela total informalidade e também pela fragmentação através da dominação da classe burguesa.

Conforme Behring e Boschetti (2006:78):

Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas do pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir das primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltada ao mundo do trabalho.

A criação dos direitos sociais no Brasil é resultado dos esforços da luta de classes com as forças dominantes. Os direitos trabalhistas e previdenciários, são grandes exemplos das reivindicações dos movimentos e manifestações da classe operária representando assim a busca incessante pelos direitos políticos e civis.

Behring e Boschetti (2006:79) colocam que:

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesas dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social.

No Brasil até dois anos antes da então proclamação da República, em 1889, não havia nenhum registro de legislação social. Em 1888 têm-se a criação de uma caixa de socorro para a própria burocracia pública. Já em 1889, os então funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários obtiveram o direito à uma pensão juntamente com 15 dias de férias, o que estendeu-se aos funcionários do Ministério da Fazenda no anos posterior.

Já em 1881 houve a primeira legislação para a Assistência a Infância no Brasil que regulamentaria o trabalho infantil, porém nunca foi cumprida. E em meados de 1882, os funcionários da Marinha obtiveram o direito a pensão.

Já no século XX tivemos a formação dos primeiros sindicatos, mais precisamente em 1903 onde o Estado instituiu o decreto de nº 979 que tinha como objetivo fiscalizar e regulamentar os sindicatos rurais. Passado os quatro anos já em 1907, é instituído uma legislação para os sindicatos urbanos com o decreto de nº 1.637 que tinha como objetivo defender os interesses gerais da profissão.

Segundo Behring e Boschetti (2006:80)

esse processo se dá sob uma forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquistas e socialista europeu para o país. Essa nova presença no cenário político e social promove mudanças na correlação de forças, tanto que em 1911 se reduz legalmente a jornada de trabalho para 12 horas diárias.

É importante frisar que esses dois decretos, não tiveram suas finalidades levadas a sério pelos dois lados. Não saíram sequer do papel, pois nem o movimento sindical nem mesmo o Estado lhe deram a defesa devida. Enquanto também à lei que assegurava a jornada de trabalho também não foi efetivada.

Já em 1919 é regulamentada a lei dos acidentes de trabalho no Brasil, que era tratada por via de inquérito policial onde os acidentes ocorridos no ambiente de trabalho eram de responsabilidade individual de cada um dos trabalhadores e não eram levado em conta as condições coletivas de trabalho.

É preciso enfatizar que diante do intenso movimento operário, o Estado colocou-se ao lado do patronato isso já no final do século XIX e início do século XX, enfrentado a questão social com forças policiais.

Já em 1923, foi instituída a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP's) dos ferroviários, que vinha assegurar apenas para essa categoria profissional, as aposentadorias por tempo de serviço, invalidez ou velhice e pensão para os dependentes em caso de

falecimento no custeio das despesas funerárias e assistência médica. É interessante ressaltar que o que inaugurou o sistema previdenciário brasileiro, foi de iniciativa do patronato, que sugeriu ao Deputado Eloy Chaves a apresentação do projeto. Os princípios consagrados nas caixas tornou-se por décadas a dentro a base da previdência social brasileira.

Não resta dúvida de que as ferrovias se constituíam em artérias fundamentais para a própria economia cafeeira e que os seus trabalhadores estavam entre os setores mais combativos do operariado.

Assim sendo Behring e Boschetti (2006:80) expõe que naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café, voltada para a exportação – eis aqui a base da nossa heteronomia -, produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional.

Diante do exposto fica explícito o motivo pelo qual essas categorias estavam inseridas nos direitos trabalhistas previdenciários, pois as mesmas estavam diretamente ligadas a produção e circulação dessas mercadorias.

Após à crise de 1929-1932, crise esta que veio para paralisar o comércio do café e a economia no Brasil chamada de Revolução de 30. Pois devido à paralisia do mercado mundial as grandes agroexportadoras do café ficaram totalmente vulneráveis tanto na economia como na política.

Diante desta realidade os produtores do gado, açúcar entre outros que até então estavam fora do núcleo político aproveitaram o momento para correlacionar as forças diversificando assim a economia brasileira.

Behring e Boschetti (2006:105) coloca que

Essa ‘Revolução’, na verdade, foi uma espécie de quartelada, com um afastamento não muito contundente da oligarquia cafeeira, por seu peso econômico, era o setor com capital acumulado para investir em outros produtos e impulsionar a diversificação da economia brasileira.

Ainda na década de 1930, podemos ressaltar o incremento do processo de industrialização que veio também a culminar no aumento da população urbana fazendo emergir a desigualdade social aumentando a Questão Social, na medida em que faltava educação, habitação, saneamento básico entre outros. O governo vigente da época era o de Vargas, governo este marcado por profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileira.

Segundo Carone (1991:25)

A política do governo Vargas centrou-se na tentativa de organizar as relações entre capital e trabalho. Seu primeiro ato foi criar, em 1930, o Ministério do Trabalho, que, segundo o ministro da época, Lindolfo Collor, tinha como função “harmonizar as relações entre os que dão e os que recebem o trabalho devendo, na República Nova, se esboçarem todos para substituir o conceito de luta de classes pelo de conciliação”.

Para manter essa harmonia foi criado um sistema corporativo, em março de 1931 sob o decreto de nº 19.770, instituindo condições legais para assim formalizar os sindicatos, que precisavam da aprovação do Ministério para exercer suas funções.

Para Draibe (1993 apud COUTO, 2008:96)

Nesse sentido, o governo Vargas investiu na formulação de legislações que foram delineados uma política baseada na proposta de um Estado Social autoritário que buscava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista. Essas características apontam a conformação inicial de um sistema de proteção social de tipo conservador ou meritocrático – particularista, com fortes marcas corporativas e clientelistas na consagração de privilégios e na concessão de benefícios.

Havia critérios de inclusão nos benefícios sociais, critérios estes que só colocavam os trabalhadores urbanos na posição de privilegiados, pois precisaria estar vinculado ao trabalho formal para assim estar inserido no campo das políticas sociais da época.

O governo Vargas para dar sustentabilidade a essa política criou vários institutos no Brasil dentre eles o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM), em 1933, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC), em 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB) em 1934, o Instituto e Pensão dos Industriários (IAPI), em 1936, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores e Carga, em 1939, e o Instituto de Aposentadoria dos Servidores Cíveis o (Ipase) já em 1938.

O próprio sistema previdenciário durante esse período além de dar cobertura aos trabalhadores dos riscos em que os mesmos estavam expostos no ambiente de trabalho assumiu, em outras categorias o problema relacionado à questão da habitação.

Em 1937 vamos ter a Constituição que legitima o Estado Novo e vai até 1945 período exclusivo para o governo de Getúlio Vargas, onde o mesmo veio formar alianças com diversos segmentos populares legitimando assim suas políticas. Nesse mesmo momento os movimentos sociais eram controlados pelo Estado Novo com medidas repressoras junto com a polícia. Ainda no seu governo ele unificou os institutos através da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), aprovada em 1960.

Couto (2008:103) coloca que

Durante o governo Vargas, em 1943, foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que reúne toda a legislação da área desde 1930. Essa consolidação trabalhista criou a carteira de trabalho, instituiu a jornada diária de oito horas, férias remunerada, salário-maternidade e criou a área de segurança e a medicina do trabalho.

As políticas sociais no período que vai de 1937 a 1945 é marcado pelo autoritarismo, paternalismo, fragmentada e seletiva, pois não respondiam de maneira suficiente as demandas. É importante comentar que o Estado Novo (1937/1945), representou a passagem definitiva de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial.

O período que vai de 1946-1964 foi marcado pela criação de mecanismos legais que era voltado para o funcionamento de um governo de base democrática, nesse âmbito o autoritarismo perde espaço e o populismo continua a ser a base de relação entre Estado e Sociedade.

A burguesia brasileira estava fragmentada e suas organizações políticas encontravam-se dividida entre a União Democrática Nacional (UDN), e o Partido Social Democrata (PSD) e também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

De acordo com Behring e Boschetti (2006:109)

A UND expressava mais autenticamente a burguesia industrial e financeira, com um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Sua maior figura pública era o jornalista e deputado Carlos Lacerda. O PSD reunia os setores agrários mais tradicionais e alguns segmentos industriais que não se intensificavam diretamente com o udenismo, mas que faziam alianças pontuais com ele, e eventualmente também com o PTB, constituindo-se como um partido centrista e uma espécie de fiel da balança. Jânio Quadros era um expoente desse partido. O PTB expressava um projeto nacionalista de desenvolvimento, com inspiração na liderança populista e carismática de Vargas, e reunia industriais e segmentos operários e populares nacionalistas. No campo do trabalho, o PCB, a maior organização político-partidária dos trabalhadores na época, e cujo período de legalidade foi brevíssimo, forjava alianças com o PTB durante os processos eleitorais, na perspectiva de estimular um projeto nacional de desenvolvimento capitalista como a ante-sala da revolução socialista.

As colocações das forças políticas e das classes se depararam também com uma base material em eclosão através do desenvolvimento que tinha como meta a substituição de importações, que teve como principal foco o Plano de Metas do governo de JK que objetivava fazer o país crescer 50 anos em 5.

Esse processo culminou com o acirramento da luta de classes, aumentou o êxodo rural e a migração, fez crescer as tensões das ligas camponesas porque de fato não existia uma reforma agrária que viabilizasse esse problema.

Nesse período a expansão da política social se dá de forma lenta, precária e seletiva, têm-se a separação dos Ministérios da Saúde e da Educação em 1953 e a criação de novos IAPs.

Behring e Boschetti (2006:110) coloca que:

A disputa de projetos implicou uma certa paralisia no campo da política social no contexto da ordem democrática limitada (Santos, 1987), tanto que propostas que já estavam em pauta desde o final da ditadura Vargas, a exemplo da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e da previdência rural, só foram aprovadas no Congresso de 1960 e 1963, respectivamente. A Instabilidade institucional do período – da qual o suicídio de Vargas (1954) e a renúncia de Jânio Quadros (1961) e o próprio golpe militar de 1964 que depôs João Goulart são exemplos paradigmáticos – dificultou consensos em torno de um projeto nacional, em que se incluía o desenho da Política Social.

Devido estes fatos mencionados esse período ficou marcado pela lentidão dos direitos, que ainda tinham um caráter corporativista e fragmentado trazido da era Vargas. Após o golpe de 1964 os militares assumiram o poder, tinha como objetivo eliminar o período do governo populista tirar os resquícios do comunismo e fazer do Brasil uma grande potência internacional mais com um perfil de ações burocráticas e tecnicistas.

Segundo Habert (1996:8)

Os militares, associados aos interesses da grande burguesia nacional e internacional, incentivados e respaldados pelo governo norte-americano, justificaram o golpe como defesa da ordem e das instituições contra o perigo comunista. Na realidade, o acirramento da luta de classes estava no centro do conflito. O golpe foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais, mesmo tendo estes um caráter predominantemente nacional- reformista. (apud COUTO, 2008:119)

Nesse mesmo patamar de ditadura no Brasil ainda encontrava-se a expansão do fordismo, que veio através do chamado milagre econômico. Aqui podemos colocar em pauta também a expansão da cobertura da política social que ainda era manuseada de forma tecnocrática e conservadora.

Nesse período de ditadura militar as políticas sociais estavam atreladas a perda das liberdades, como censura, tortura e prisão. O mesmo bloco militar buscou a sua legitimidade através da expansão seguindo a modernização de políticas sociais. Unificou e centralizou a Previdência Social (INPS) no ano de 1966. Tiraram os trabalhadores da gestão da previdência social, passando agora a ser tratada como questão técnica. No ano de 1967, os acidentes de trabalho é passado também para a gestão do INPS apesar das seguradoras privadas serem contrários a essa idéia.

A previdência para classe rural também foi ampliada mais com um caráter mais redistributivo. Essa mesma cobertura previdenciária foi para classe dos domésticos em 1972, para os jogadores de futebol e autônomos em 1973 e para os ambulantes em 1978. No ano de 1974 é criado a Renda Mensal Vitalícia para pobres e idosos que tinham como valor meio salário mínimo para aqueles que tivessem feito sua contribuição por pelos menos um ano na previdência.

Neste cenário de grande negação dos poderes políticos qualquer forma de reivindicação e manifestação popular ou partidária era considerada subversiva, tendo como resposta a repressão dos organismos militares. As políticas sociais eram concebidas como um conjunto de ações sociais para a correção dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista. Tratava-se de uma estratégia do Estado e das classes dominantes.

Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, teve-se uma grande reforma no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) no ano de 1977, que estava atrelada ao INPS, ao Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS) e ao Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (IAPAS).

A ditadura conseguiu impulsionar uma política nacional de habitação através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). É visto que esse impulso tratava-se de uma estratégia Keynesiana que objetivava dar um grande impulso na economia através da construção civil construindo casas populares.

Faleiros (2000) coloca que:

Contudo, no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia da busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privada, configurando um sistema dual de acesso as políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do Welfare State europeu. Outra herança é a de que, mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo assistencial – industrial – tecnocrático – militar. (apud BEHRING e BOSCHETTI, 2006:137)

Em meados de 1974 já é visível os primeiros sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador – conservador do próprio regime, isso tudo devido aos grandes impactos da economia internacional, que restringia o fluxo de capitais e até os limites internos. Os anos seguintes são marcados pela abertura lenta do regime, processo esse que já se direcionava para o aporte da democracia.

A crise do governo ditatorial deflagrada com o fim do milagre econômico e as denúncias sobre as repressões exercidas pelos militares deu os primeiros passos no processo de redemocratização do país.

Já na década de 1980, que ficou conhecida com a década perdida do ponto de vista econômico mais que também não podemos deixar de lembrar que foi um período de conquistas democráticas, em detrimento das lutas sociais e da Constituição de 1988. A sua entrada é marcada pela grande dificuldade na formulação de políticas econômicas, isso não acontecia apenas no Brasil mais também em toda a América Latina. Entre meados de 1980 e 1985 a economia latino-americana sofreu grandes embates, como exemplo temos o Brasil que 70% de sua dívida externa passou a ser estatal.

Kucinski e Braford (1987:43) coloca que:

Com isso ‘criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor privado e o intenso endividamento do setor publico [...]. Ao governo só restaram três caminhos: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do tesouro a juros atraentes.’(apud BEHRING e BOSCHETTI, 2006:139)

O que é notável é que esses gastos públicos passaram a ser totalmente desequilibrados, onde a única opção encontrada na época foi a emissão de títulos que veio a elevar as taxas de juros alimentando assim a inflação. O país pulou de uma inflação correspondente anualmente de 91,2% no ano de 1981, para 217,9% no ano de 1985. O endividamento trouxe para toda a América Latina uma pobreza generalizada e em especial para o Brasil uma crise nos serviços sociais públicos, pois a demanda aumentava substancialmente e não se tinha a expansão dos direitos.

Tavares (2006) coloca que

nos anos 80 ocorreu uma transformação produtiva, cujos benefícios ficaram extremamente concentrados nas economias centrais, enquanto os custos foram pagos pela crise financeira do Estado com fortes impactos para a política social, pelos sindicatos e pelos países de periferia.(apud Behring e Boschetti, 2006: 40)

No decorrer desses anos foi colocado em pauta que a inflação chegou em média de 200%, junto com o aumento da fragilidade financeira do próprio setor público. Assim sendo a década de 1980 terminou com a sua situação econômica acirrada com a inflação e no que diz respeito as políticas sociais tiveram o seu direcionamento para a universalização e a garantias dos direitos sociais junto com a descentralização político-administrativa e a participação popular.

2.2 A Política de Assistência

Desde o século XVII, que a filantropia e a assistência social associavam-se as práticas de caridade no Brasil. Eram dependentes de iniciativas voluntárias associadas às primeiras damas, com caráter de benesse, transformando assim o usuário à condição de assistido, favorecido e nunca como cidadão, como usuário de um serviço a que tem direito.

A partir do século XIX, as ações governamentais eram completamente assistencialistas. Assim, a assistência social era vista de forma dicotomizada, com um caráter extremamente residual, próxima das práticas filantrópicas, um espaço de reprodução da exclusão e privilégios e não como mecanismo possível de universalização de direitos sociais. De fato, a assistência sempre representou aos segmentos progressistas da sociedade uma prática e não como política.

A primeira instituição social no âmbito nacional no século XX, foi a Legião Brasileira da Assistência (LBA) que teve como tutora a então primeira dama da época a senhora Darcy Vargas. A instituição criada em 1942 veio para atender as famílias dos pracinhas envolvidos na II Guerra Mundial. Demarcando assim a redefinição do Estado brasileiro através da incorporação da pobreza e da miséria no discurso oficial.

A LBA tornou-se na época a maior agência de Serviço Social do Brasil através das implementações de políticas assistencialistas, marcadas por ações de caráter paternalista e de auxílios emergenciais e compensatórios.

Couto (2008:168) coloca que

Embora os discursos oficiais das épocas buscassem legitimar os projetos de governo por meio de sistemático chamamento da população para a sua aprovação, as ações governamentais basicamente se conformavam em atender aqueles que não eram considerados cidadãos, mas sim clientelistas, traduzidos pelos mais diversos adjetivos, como carentes, descamisados, entre outros. Foi na esfera desse caráter ambivalente que a assistência social foi se consolidando como política social no Brasil.

De fato a assistência sempre representou aos segmentos progressistas da sociedade como uma prática e não como uma política. Era vista como necessária, porém sua operacionalidade era vaga de teoria e se mantinha desarticulada de outras práticas profissionais.

No Brasil durante muitas décadas, as intervenções em resposta as necessidades sociais da própria população se restringiam a caridade. As políticas assistenciais eram executadas como forma de resposta do Estado aos conflitos gerados pelas tensões sociais.

Todos os governos, cujo seus traços foram populistas, nacionalistas, desenvolvimentistas, democráticos, ditatoriais ou de perfil civil ou militar que atravessaram os anos de 1930 a 1999, transcorreram um sistema de proteção social que tiveram particularidades e transitaram no campo da assistência social de forma contraditória. E foi nesse caráter contraditório que a assistência social foi se consolidando enquanto política social no Brasil.

Segundo Yasbek (1993:21)

O social torna-se campo de lutas e de manifestações dos espoliados, o que não significa uma ruptura com o padrão de dominação e de clientelismo do Estado brasileiro no trato com a questão social. Trata-se de uma relação que, sob a aparência de inclusão reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como benesse o que na verdade é direito. Mas é importante ter presente que a exclusão não é um movimento unívoco do Estado, pois uma relação que contraditoriamente contém um espaço para a luta pela conquista de direitos sociais. (apud COUTTO, 2008:169)

É a partir desse cenário de grande possibilidade de mudança e conquista que a década de 1980 marcou através da promulgação da nova constituição denominada constituição cidadã a Assistência Social, onde a mesma adquiriu o caráter de política pública, através da integração desta juntamente com a saúde e a previdência ao conjunto da Seguridade Social, pelos menos em tese.

A Constituição de 1988 marcou a passagem do modelo político de um Estado Assistencial para um modelo político de Estado de direito. Contudo, havia ainda um longo caminho a trilhar com a alternância de avanços e retrocessos.

A assistência social agora tida como parte da Seguridade Social no qual tem as suas definições nos artigos 203 e 204 que a colocam como:

Artigo 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provido por sua família, conforme dispuser a lei;

Artigo 204 – As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meios de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003:13)

Esse campo da assistência social passa agora a ser introduzida como uma política social, que passa agora a favorecer uma determinada massa da população que antes eram excluídas no quesito do campo de direito. Mais isto só foi concluído depois de cinco anos da Constituição de 1988, com o então presidente Itamar Franco que encaminhou para o congresso a lei de nº 8.742/93 a LOAS que regulamentou a assistência social colocando-a como política social de caráter público, e não contributivo finalizando-a no quesito do campo dos direitos sociais.

E no âmbito da descentralização do poder federal e da própria democratização das políticas públicas, importantes dispositivos foram definidos na elaboração de um novo pacto federativo onde o município passou a ser reconhecido como entidade autônoma da federação.

Assim sendo houve a transferência para o âmbito local de novas competências e recursos públicos agora capazes de fortalecer o controle social junto com a participação da sociedade civil nas decisões políticas.

Mesmo com muitas dificuldades para a concretização na prática, os princípios definidos na Carta Constitucional, não se pode negar o grande avanço registrado na adoção do conceito de seguridade social introduzindo-a como direito.

Muitos teóricos enfatizam que o caráter universalista esgotou-se antes mesmo de sua implementação, devido a crise do Estado juntamente com a ofensiva neoliberal numa conjunção internacional de crise e na reorganização do capitalismo em linha mundial.

A própria contenção de gastos no setor público, o enxugamento da máquina estatal, os cortes no funcionamento público, as privatizações das empresas estatais, ocasionaram conseqüências desastrosas para o enfrentamento da questão social, que foi substancialmente agravada nos anos 1990. E que teve como mira principal os ataques as

políticas sociais. Tentando atingir o centro dos direitos sociais e políticos, que foram duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Diante dos fatos supracitados é importante demarcar que a Assistência Social foi a última área do campo da seguridade social a ser realmente regulada no ano de 1993. Uma regulação que é vista por muitos teóricos como tardia. Naquele período o mundo de uma maneira global atravessava momentos de profundas recessões, como o aumento do desemprego de forma gradual, a perda da massa salarial entre outros.

Mas foi através desse campo contraditório, através da mobilização popular que veio a desencadear o impeachment do governo vigente da época o Fernando Collor de Melo, onde ressurgiram as pressões para que o então presidente Itamar Franco enviasse ao congresso o projeto de lei que, por fim concluiu o campo da seguridade social, como de fato já foi supracitado anteriormente.

Reconhecida agora como Lei de nº 8.742/93 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe dos artigos

Artigo 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não-contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas.

Artigo 2º - A assistência social tem por objetivos:

- a. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b. Amparo às crianças e adolescentes carentes;
- c. A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e. A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família;

Parágrafo Único – a assistência social realiza-se de forma integrada as políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL).

Em suas metas, definições e objetivos, a política de assistência expõe as condições necessárias para que a mesma seja efetivada como um direito.

Conforme Sposati (1997), Pereira (2000) e Yasbek (2001)

(...) indica a responsabilidade estatal e aponta a noção de solidariedade social, soldando a cadeia de atendimento à população alvo de seus programas, embora faça isso de maneira genérica, ao citar a provisão dos mínimos sociais, sem defini-los. Esta tem sido uma disputa conceitual importante, pois os teóricos vinculados às

perspectivas de recorte liberal-conservador tendem a entender os mínimos com precisão semântica e vinculados à precarização e à existência de recursos, conforme programas dos governos para atender às demandas da área. Já para os teórico que propugnam pelo direito social, o conceito, embora ainda discutido preliminarmente, está preso ao necessário para se viver com dignidade, o que exige um repactuação em torno do que ele compreenderia. (COUTTO, 2008:173)

Colocando agora em pauta as diretrizes e os princípios no campo da conservação dos direitos temos:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL)

Os dois artigos que compõem os princípios e as diretrizes da política de assistência vem colocar em xeque os indicadores que de certa forma dificultaram a compreensão da política como um direito no que se refere a todos os seus marcos legais.

A LOAS logo de imediato extinguiu o Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938, considerado um órgão clientelista e cartorial e cria o Conselho Nacional de Assistência Social, um órgão de composição partidária, deliberativa e controlador da política de assistência social.

Ainda na década de 1990 vamos ter como presidente vigente Fernando Henrique Cardoso que ficou no poder de 1995 – 2002. O mesmo intensificou o modelo neoliberal atrelado a ideologia da globalização e da redução das ações do Estado. As políticas sociais são adaptadas a esse contexto neoliberal, trazendo em foco o chamado trinômio neoliberal: privatização, focalização, seletividade e descentralização.

Diante dessa perspectiva, o governo de FHC que apesar da LOAS e do Conselho Nacional de Assistência Social está em pleno funcionamento deslocou as ações de enfrentamento da pobreza da estrutura institucional, levando-as para o campo da solidariedade da sociedade civil, através do programa Comunidade Solidária por meio da Medida Provisória de nº 813/95. Extinguindo assim a LBA, o Ministério do Bem Estar Social (MBES) e o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA).

Através dessas medidas o campo da assistência social passou para o campo do Ministério da Previdência e Assistência Social passando a ser controlada pelo então Conselho Nacional de Assistência Social.

O próprio governo de FHC passou a assumir um caráter emergencial do programa passando a reconhecer que a fome e a pobreza de fato só serão erradicadas mediante a própria sustentação do crescimento econômico que era proposto pelo Plano Real.

Fica explícito que no governo de FHC, os ideais liberais tinha como principal objetivo diminuir a participação do Estado no campo das políticas sociais através de parcerias com a então sociedade civil organizada.

O que fica claro é que a afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, com a redução dos direitos sociais, o próprio desemprego estrutural as tantas formas de precarização do trabalho juntamente com o desmonte da saúde e da educação e o deslocamento cada vez maior da política de assistência social para ações de caráter compensatórios e seletivas de atenção a pobreza que só tendem a debilitar cada vez mais os espaços de representação coletiva e controle social sobre o Estado, colocando em xeque as conquistas que arduamente foram consolidadas na década de 80 mais precisamente com a Constituição de 1988.

2.3 Contextualização da Política de Assistência

Para começarmos a falar da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de seus segmentos, é preciso fazer um breve comentário sobre o cenário político do ano de 2003 que

foi um período de grande transformação da política brasileira. Iniciada com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 1 de janeiro de 2003, essa era sua quarta tentativa para se chegar ao cargo presidencial, onde derrotou o candidato do PSDB e ex-ministro da saúde o Sr. José Serra, após o mesmo ser derrotado nos anos 1989, 1994 e 1998. Conhecido como Lula, um ex-sindicalista agora então presidente da República.

No seu governo em dezembro de 2003 foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília, que apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, um dos requisitos essenciais da LOAS para assim dar efetividade a assistência social como políticas públicas.

Aldaíza Sposati (2004:173) faz a seguinte pontuação sobre o SUAS:

A implantação do SUAS exige romper com a fragmentação programática. Exige separar o paralelismo de responsabilidades entre as três esferas de governo. Exige construir referências sobre a totalidade de vulnerabilidades e riscos sociais superando a vertente de análise segregadora em segmentos sociais sem compromisso com a cobertura universal e o alcance da qualidade dos resultados.

Assim é válido ressaltar ou até mesmo afirmar que em termos legais a implantação da PNAS pode ser considerada um fato histórico para a superação e o rompimento da subalternidade, fato este que sempre permeou a política de Assistência Social. Vivenciamos portanto um momento privilegiado olhando por este ponto de vista.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS tem como objetivo a garantia dos mínimos sociais, junto com as políticas setoriais considera as desigualdades socioterritoriais, visando o seu enfrentamento. Sistematiza ações para atender a sociedade e a universalização dos direitos.

O público dessa política são os cidadãos e grupos que de alguma forma se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social. Significando garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção social. A Política Nacional de Assistência Social veio permitir a melhoria e ampliação dos serviços de assistência social no país. A PNAS ela sem sombra de dúvida fez uma grande abertura para o campo da Assistência Social, e uma das aberturas mais importantes foi a proposta do SUAS, dando ênfase há um novo modelo de gestão da política no país.

Originou-se toda a discussão acerca do processo de reestruturação orgânica da política pública de Assistência Social na direção do SUAS, ampliando assim o atual sistema descentralizado e participativo, formando um conjunto do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate a Fome e também com os demais órgãos gestores da política da assistência social.

O SUAS é o sistema que veio consolidar a Política Nacional de Assistência Social. Ela é o resultado do pacto federativo entre os gestores públicos e as organizações provenientes da sociedade civil, promovendo assim a descentralização da gestão quanto ao monitoramento e ao próprio financiamento dos serviços assistenciais.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca através das demandas brasileiras, no que diz respeito a responsabilidade política, tornar claro as suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do próprio Estado.

A PNAS pauta-se no pacto federativo, onde se tem a competência dos três níveis de governo em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB. Partindo das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestoras, Tripartite e Bipartites – CIT e CIBS), onde se constituem os espaços de discussões e negociações dos instrumentos de gestão e operacionalização da Política de Assistência Social.

A gestão descentralizada e participativa proposta pela LOAS, implica na participação popular, potencializa a divisão, no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil. (...) por fim, a Política Nacional de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias de informação e ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas, como meios estratégicos para uma melhor atuação no tocante as políticas sociais e a nova concepção do uso da informação do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (PNAS)

A segurança do vínculo familiar é também uma necessidade a ser preenchida pela política de assistência social, por que para a PNAS, a centralidade agora é a família. A política de assistência social marca sua presença na esfera das políticas sociais, atribuindo responsabilidade ao Estado para a garantia dos direitos a população brasileira.

A PNAS foi aprovada em uma reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 22 de Setembro de 2004, preconiza a “supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, assim como a

universalização dos direitos sociais, o respeito a dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito programas e serviços de qualidade (MDS, OP. Cit).

Assim sendo esta aprovação, vem enfatizar sobre tudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades, em particular das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos.

Então é dever da assistência social segundo o que está pautado nesta política, as ações de cunho preventivo, de proteção, de promoção e inserção. Assim como também o provimento de um conjunto de garantias ou segurança que venham cobrir, ou reduzir e prevenir a situação de vulnerabilidade.

No dia 11 a 15 de julho de 2005, o CNAS aprova a Norma Operacional Básica de Assistência Social, NOB_SUAS, que apresenta os “eixos estruturantes para a realização de um acordo a ser efetivado entre os três entes federais e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e a consolidação do SUAS no Brasil”. (MDS: idem)

A PNAS/SUAS aponta níveis de proteção social que é a Proteção Social básica e Proteção Especial que tem por finalidade estabelecer as diretrizes e os princípios para que seja efetivada a implantação do sistema. O SUAS vem propiciar e trazer uma nova abordagem a população usuária da Assistência Social através dos níveis de proteção.

Márcia Helena Carvalho Lopes (2006:83) coloca que:

A política em vigor, enfrentando desafios cotidianamente, contém contribuições advindas de Conselhos de Assistência Social, associações de municípios, colegiados de gestores, comissões, trabalhadoras, universidades, estudantes, entre tantas outras, reafirmando o princípio democrático e participativo necessário para a política.

Assim sendo fica claro que o SUAS é o item essencial para a implementação e solidificação da PNAS, na medida em que constitui procedimentos técnicos e políticos no que se refere às organizações e prestações das medidas socioassistenciais.

Sposati (2006:102) expõe que:

Respeitosa que sou com o processo histórico, faço uma ressalva que é, ao mesmo tempo, um tributo: o SUAS não é produto do inesperado, da genialidade ou da prepotência da equipe do governo federal. Ele resulta de quase 20 anos de luta na Assistência Social e do aprendizado com a gestão da saúde, em particular com o SUS.

Os seus princípios e objetivos devem observar as diretrizes e os princípios estabelecidos pelos arts. 4º e 5º da LOAS. E no que se diz respeito aos serviços

socioassistenciais o SUAS detém como finalidade o Sistema de Vigilância Social, o Sistema de Defesa Social e Institucional e o Sistema de Proteção Social.

Diante de tudo que já foi exposto sobre o decorrer de todo o processo da política de assistência social não podemos deixar de fazer uma observação. Hoje no Brasil é inegável que não exista contradições que precisam imediatamente ser superadas no que diz respeito ao processo descentralizado conforme está exposto na PNAS, onde a mesma estabelece que a atuação dos três níveis de governo seja efetivada em consonância, porém se sabe que em muitos locais de atuação a política ainda encontra-se em construção no que diz respeito a sua efetividade.

A própria autora Brant de Carvalho (2006:127) vem fazer uma crítica ao SUAS neste quesito:

O SUAS tal qual normatizado não oferece margens à inovação e protagonismo dos entes federados. O papel dos Estados está claramente submisso e secundarizado no SUAS. Ora são chamados para operar serviços de alta complexidade, ora para atuar nas bordas da política como capacitador de recursos humanos.

Sobre esta crítica Sposati (2006:103) destaca o seu pensamento:

Concordo com Brant de Carvalho quanto ao baixo protagonismo, se é que assim possa dizer, dos governos estaduais dentre os entes federados na gestão do Suas. Todavia discordo de sua justificativa por dois argumentos. primeiro o texto SUAS resulta da pactuação da qual os Estados participaram diretamente pelo FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social e através de sua representante no CNAS, na comissão intergestora Tripartite – CIT, além da presença direta em plenários em que o SUAS foi debatido. Lembre-se sempre que o texto da regulamentação do SUAS resultou de contínuos debates e abertura de manifestação e não da proposição de um ‘grupo de iluminados’ que o redigiram.

É notório que esse pensamento norteador por conflitos e divergências se faz necessário, no andamento da política de assistência. Principalmente no que se refere ao papel de cada ente federativo representa.

O próprio Sistema de Proteção Social, conforme está pautado na PNAS, como direito de todo e qualquer cidadão sem nenhuma restrição, onde o mesmo é dividido em dois níveis como já foi supracitado anteriormente: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para a redução e preservação do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família no núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NOB/SUAS 2005:90)

De acordo com a PNAS/2004 a Proteção Social Básica, o seu nível de atuação possui um caráter de prevenção suas ações devem ser executadas de forma direta nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS como também em outras unidades básicas e públicas de assistência social ou de forma indireta nas próprias entidades e organizações de assistência social nos territórios de abrangência do CRAS.

O Centro de Referência de Assistência Social, é uma unidade pública estatal é responsável pela oferta de serviços de proteção social básica de assistência às famílias e à indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade social.

É uma unidade efetivadora da referência e contra referência do usuário que compõem a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social como também uma unidade de referência para o serviço de outras políticas. Seu conjunto de serviços locais usa a socialização, o acolhimento a promoção em famílias cujos vínculos familiares não foram rompidos. O seu local de abrangência e o número de CRAS se dará pelo município e pela taxa de vulnerabilidade social.

De acordo com a PNAS

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS/2004)

Esses serviços de proteção especial estão subdivididos em Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade. Mais sobre esses níveis de proteção só abordaremos no próximo ponto juntamente com a caracterização do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

2.4 Caracterização do CREAS

Antes de caracterizarmos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, iremos fazer um breve esboço da Proteção Social Especial que também faz parte das redes de serviços do CREAS.

A Proteção Social Especial é um conjunto de serviços e programas que tem por objetivo a reconstrução de vínculos peculiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento

das situações de violação dos direitos. Exigem um acompanhamento individual e mais especializado, que assegure na atenção protetiva e efetiva na reinserção da pessoa a sociedade.

A Proteção Social Especial deve trabalhar articulada em conjunto com as demais políticas públicas, com o sistema de justiça, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas de Infância, Defensoria públicas e demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), em virtude da complexidade das situações atendidas, para que as intervenções sejam realmente efetivadas, isto é, tragam soluções para os problemas apresentados.

De acordo com a PNAS/2004

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento a assistência destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Os seus serviços estão divididos em Proteção social de média complexidade e Proteção social de alta complexidade. Esses serviços de média complexidade são oferecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para famílias e indivíduos que estejam com seus direitos violados, mas que não chegaram a romper os vínculos familiares.

A PNAS define os dois tipos de proteção como:

Proteção social especial de média complexidade são aqueles serviços que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos não foram rompidos, como de fato já foi mencionado acima. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou de acompanhamento sistemático e monitorado, tais como:

- Serviço de orientação e apoio sócio-familiar;
- Plantão Social;
- Cuidado no Domicílio;
- Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Medidas sócio-educativas e meio-aberto (prestação de serviços À comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA)

Proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e

indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar, e ou, comunitário. Tais como:

- Atendimento integral institucional;
- Casa lar;
- República;
- Albergue;
- Família substituta;
- Família acolhedora;
- Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (semi-liberdade, internação provisória e sentenciada);
- Trabalho protegido.

Por se tratar do nosso objeto de estudo, neste ponto em seguida abordaremos a caracterização do CREAS.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é uma entidade pública de referência da Proteção Social Especial. É o CREAS que articula, coordena e opera a referência e contra-referência com as redes de serviços sócio-assistenciais e com as demais políticas públicas.

Criado em 1º de dezembro de 2006, a partir da aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Norma Operacional Básica – NOB, juntamente com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A NOB estabeleceu nível de gestão para que os municípios acessem recursos federais na perspectiva de associar gestão e financiamento, definindo requisitos, responsabilidades e incentivos para cada nível de gestão. (GUIA DO CREAS)

Esse campo de atuação de proteção da assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências /vitimizadas e agressões, cujo nível de agravamento vai determinar o seu padrão de atenção.

A equipe técnica do CREAS deve ser composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados, educadores sociais, auxiliares administrativos e estagiários.

Os objetivos do CREAS são:

- Fortalecer as redes sociais de apoio da família;

- Contribuir no combate a estigmas e preconceitos;
- Assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar as pessoas em situação de rua, visando integridade física, mental e social;
- Prevenir o abandono e a institucionalização;
- Fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetora da família;

A equipe que constitui o CREAS devem ser responsáveis pelo acolhimento e pelo atendimento as famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por abuso, violência, abandono, exploração sexual, maus tratos, cumprido medidas sócio-educativas, entre outras situações de violação de direitos.

A equipe deve buscar parcerias com o poder judiciário, conselho tutelar, ministério público juntamente também com outros órgãos.

O tratamento do (a) assistente social para com as vítimas se dá em conjunto onde o mesmo traça o papel a ser desenvolvido com a vítima e sua família providenciando assim, o devido tratamento para posteriormente reintegrá-los na sociedade.

Diante de todo o exposto o próximo capítulo abordará a temática da violência sexual acometida contra crianças e adolescentes, que são assistidas pelo CREAS de Barbalha – CE, no período relacionado ao ano de 2009 à novembro de 2010.

CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.1 O Fenômeno da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes faz parte de uma das expressões da questão social, sendo assim objeto de trabalho do Serviço Social. Assim para compreender esta violência é preciso levar em consideração as transformações que as famílias sofreram no decorrer de toda a história, junto com as novas expressões da sociedade vigente, cenário este marcado pela violência estrutural, originária da sociedade burguesa. Esse fenômeno perpassa todas as classes sociais, é oriunda de toda uma estrutura desigual da sociedade e não está pautada apenas pela dominação de classes. Não pode ser vista apenas como um problema social, mas também como um problema de saúde pública.

Assim sendo vários fatores podem vir a desencadear a violência como:

Os fatores, como a miséria e o desemprego e as más condições de vida e sobrevivência são fatores que podem facilitar a ocorrência dos maus tratos e do abuso sexual, devido à presença de um montante de frustrações presente nessas situações, que excede muitas vezes, a capacidade de buscar soluções criativas e construtivas. Na classe popular os maus tratos são mais visíveis, chegam com mais frequência aos serviços públicos de atendimento e também por isso a atuação junto a esse público fica facilitada. Por mais difícil que seja a intervenção, é aqui que se visualizam maiores possibilidades de atendimento e proteção à criança. Mas é fato que a ocorrência de violência intra-familiar é encontrável em qualquer classe social. (SANTOS et al. 1997:23)

De uma forma geral, a violência é resultado de uma realidade que se constrói socialmente, realidade esta que deve ser vista e analisada em sua totalidade. Sabemos que a pobreza não é algo determinante para que ocorra a violência, porém a mesma pode desencadear um processo de acúmulo de fragilização, onde temos conhecimento que grande parte de crianças e adolescentes são privadas, de um lar, de saúde, de assistência enfim de proteção. Todos esses fatores geram uma acumulação de fragilização que muitas vezes desencadeia a violência.

Azevedo (1997, 233) pontua que:

As crianças vítimas de violência formam no Brasil um país chamado infância que está longe de ser risonho e franco. Nele vamos encontrar:

- Infância pobre, vítima de violência social mais ampla;
- Infância tortura; vítima da violência;
- Infância fracassada; vítima da violência escolar;

- Infância vitimada, vítima da violência doméstica (...) todas elas compõem o quadro perverso da infância violada, isto é daquelas crianças que tem cotidianamente violados seus direitos de pessoa humana e de cidadão.

O fenômeno violência doméstica é polêmico e multifacetado, porém, o nosso estudo irá enfatizar a problemática da violência sexual que aflige milhares de crianças e adolescentes na contemporaneidade.

O problema violência sexual é uma realidade existente na nossa sociedade, quadro este que tem levado a conseqüências graves de exclusão como a vulnerabilidade e risco social, e em que sua maioria estão envolvidas crianças e adolescentes em total situação de sofrimento e exploração sexual.

A violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo como finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre uma pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO e GUERRA, 1995: 16)

A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, onde inclui a violência sexual intra e extra familiar, é um fenômeno complexo e polêmico. A violência sexual em todo o seu contexto histórico nem sempre foi considerado como uma forma de violação aos direitos da criança ou do adolescente, apesar desse conceito ser bastante atual e que foi fortalecido no Brasil a partir de 1990, devido a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Para Faleiros (2000:17)

a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre se manifestou em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade, relacionando-se com a concepção de sexualidade humana, compreensão sobre as relações de gênero, posição da criança e o papel das famílias no interior das estruturas sociais e familiares. Desta forma devemos entendê-la 'em seu contexto histórico, econômico, cultural e ético'.

O contexto histórico sobre a infância, em várias épocas e países nos revela como as crianças e adolescentes sempre foram vitimizadas por várias formas de violência. Como medidas repressoras, castigos corporais, ausência de proteção enfim crianças e adolescentes em total situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Quanto mais tempo regressarmos ao passado, iremos perceber que as crianças e adolescentes não tinham proteção e há uma grande probabilidade de que muitas delas foram assassinadas, aterrorizadas, espancadas e até mesmo abusadas sexualmente. E o que nos

remete agora é que o século XXI, não está tão distante dos séculos atrás, na medida em que este fenômeno altamente complexo e multifacetado se expande em números assustadores.

A problemática da violência, dentre elas a sexual traz consigo conseqüências perversas na medida em que a mesma é revestida de um pavor particular, silencioso e devastador. Então quando se trata de violência doméstica os agressores costumam sempre contar com um aliado que é o silêncio das vítimas, que muitas vezes por medo, ou vergonha não possuem coragem de denunciar. É esse silêncio que muitas vezes torna difícil a intervenção.

No Brasil as estatísticas apontam que a violência sexual contra crianças e adolescentes estão bem distante da realidade atual devido à subnotificação dos casos. Portanto é de suma importância que profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, pais, parentes ou até mesmo desconhecidos, fiquem atentos aos sinais, pois as vítimas muitas das vezes pedem socorro não só através de vozes, mas através da linguagem corporal, de ações e de comportamentos que indicam que alguma coisa não está bem.

Azevedo e Guerra pontuam que:

Todo ato ou omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual ou psicológico a vítima implica numa transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (2001: 33)

Atualmente como já foi supracitado vige entre nós o ECA – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, lei que protege a criança e o adolescente de forma integral. Reconhecendo-o como parte integrante da família e da sociedade. Na qual dispõe dos artigos:

Art. 1º- Esta lei dispõe sobre a proteção integral a criança e ao adolescente.

Art.2º- Considera-se crianças, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquele entre doze e dezoito anos de idade...

Art.3º- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Art.4º- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Nesse mesmo contexto, foi inserido o Conselho Tutelar, um órgão que é representado pela comunidade e que atua em rede junto com os poderes estatal, que tem como objetivo garantir a proteção integral a Criança e o adolescente, conforme está escrito na legislação. A

atuação da comunidade se efetiva através do Conselho Tutelar em torno do que está expresso na Lei 8.069/90.

Este órgão é de suma importância na medida em que oferece uma porta de entrada para a chegada das denúncias, mesmo que muitas das vezes anônimas, elas possibilitam o diagnóstico dos vários casos de violência cometida contra crianças e adolescentes.

Na nossa atualidade a violência não é mais reconhecida como resultado da questão social, é vista também como caso de saúde pública, devido ao transtorno negativo que acarreta no desenvolvimento da criança e do adolescente.

É preciso enfatizar que os profissionais que vivenciam no seu cotidiano com as mais diversas formas de violência, precisam estar seriamente comprometidos com essa causa a fim de barrar o ciclo da violência. Para que assim haja uma proteção a criança e ao adolescente, pois uma atuação de forma inadequada pode vir a comprometer seriamente a vida desses sujeitos, que em sua maioria não possuem defesas para a violência a que são acometidas.

De acordo com Guerra e Azevedo (1998:25) “toda a ação que causa dor física numa criança ou adolescente, desde uma simples tapa até o espancamento fatal, representam um só continuum de violência”.

Diante do exposto é dever de todos denunciar qualquer tipo de violência cometida contra crianças e adolescentes, é preciso erradicar essa problemática que assola o nosso cotidiano. É pensando nessa infância violada ou prestes a ser, que precisamos rever certos conceitos e estratégias de ação, pois a violência sexual pode vir a causar danos irreparáveis no desenvolvimento físico de crianças e adolescentes.

A vulnerabilidade social pode ser um fator determinante para o desencadeamento da violência sexual de crianças e adolescentes, pois as consequências que são trazidas pelas desigualdades sociais são oriundas do sistema capitalista traz uma vasta contribuição para a precarização e liquidação das relações afetivas. Fica claro que mesmo com a conquista do Estatuto da Criança e de Adolescente o (ECA), muitas crianças e adolescentes se encontram em estado de vulnerabilidade social na medida em que não tem seus direitos garantidos, tanto na relação familiar com também no papel do Estado através das políticas públicas.

3.2- Percurso Metodológico e o Contexto Institucional

Para estudar a realidade de um dado fenômeno um fator indispensável é a utilização de métodos técnicos adequados, de uma abordagem com precisão e de técnicas que seja ajustada de acordo com o objeto de estudo a ser estudado. Assim sendo a pesquisa foi realizada e sua forma de abordagem foi a quali-quantitativa.

A abordagem sendo ela quantitativa dá mais precisão aos resultados obtidos na pesquisa evitando assim possíveis distorções na análise.

Já a abordagem da pesquisa qualitativa conforme Minayo (1993:22)

Aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas o que possibilitaria, portanto, a aproximação em elementos pertinente ao objeto investigado.

Os métodos de abordagem para a realização da pesquisa foram de suma importância na medida em que ambas forneceram uma maior compreensão para a análise do objeto estudado.

Como método de estudo foi utilizado a perspectiva dialética uma vez que a totalidade é composta por vários conjuntos que encontram-se sempre em transformações não permanecendo estáticas. De acordo com Lakatos e Maconi (2005:101):

A dialética é a “grande idéia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência e estáveis, do mesmo modo que os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, as idéias, passam por uma mudança ininterrupta de devir a decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje.

Portanto na dialética tudo é analisado em constante movimento, nada se encontra pronto acabado. Pois conhecer a realidade vai muito além de acumular fatos e dados sobre a mesma. Pois só a conhecemos quando os dados possibilitam a compreensão de um todo dialético, onde assim as partes são compreendidas como partes estruturais do todo.

Um dos instrumentos utilizados e que proporcionou uma aproximação direta com o objeto estudado foi a entrevista que segundo Minayo (1993:57), “a entrevista é o procedimento mais visual no trabalho de campo, através dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretenciosa e neutra, suas formas de realização podem ser de natureza individual ou coletiva”

Vale ressaltar que para a obtenção das informações com mais precisão foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada, uma vez que esta é constituída de um roteiro previamente elaborado, favorecendo assim a diminuição das possibilidades de distanciamento entre as informações do entrevistado e o objeto central da pesquisa.

O universo da pesquisa foi composto por 15 crianças e adolescentes assistidas pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da cidade de Barbalha – CE. O estudo foi desenvolvido entre os anos 2009 à novembro de 2010. Período de desenvolvimento do respectivo estágio supervisionado.

O CREAS é uma unidade pública integrante do Sistema Único de Assistência Social – o SUAS. Está localizado na Rua L- 01, n° 90, bairro Cirolândia na cidade de Barbalha. A instituição presta serviços especializados e continuados a qualquer indivíduo que por ventura tenham todo os seus direitos violados. Direciona os focos de suas ações para famílias tentando assim contribuir para que as mesmas possam enfrentar os seus problemas tanto na vida pessoal como social.

Tem como finalidade prevenir e combater a violação de direitos, através das ações especializadas juntamente com uma equipe multiprofissional que orienta e dá proteção, através dos acompanhamentos psicossocial e jurídico realizando assim os encaminhamentos necessários.

O público alvo do CREAS é

- As crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
- As crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica;
- As famílias inseridas do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Os adolescentes que se encontram em conflito com a Lei;
- As pessoas em situações de rua e abandono;
- As mulheres, os idosos e pessoas com deficiência e que estejam com os seus direitos violados;
- As famílias no seu contexto geral com seus direitos violados.

Para que haja o enfretamento dessa problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes é preciso apenas como primeiro passo a denúncia, que a sociedade colabore para que assim não haja a subnotificação dos casos, o CREAS está a serviço pronto para ajudar, a denúncia ela pode ser anônima, pois o trabalho que é feito pela instituição é totalmente sigiloso.

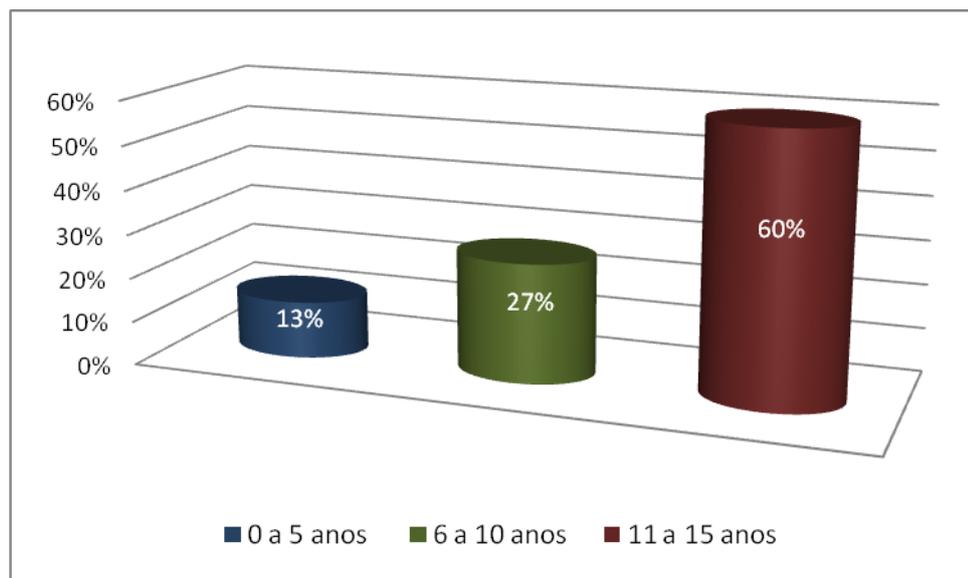
É importante frisar que no decorrer do percurso do primeiro a segundo capítulo vários autores dentre eles Boschetti, Behring, Paulo Netto, Iamamoto, Faleiros, Couto e outros contribuíram de forma significativa para a fundamentação teórica do mesmo.

E como aporte teórico para a concretização do terceiro capítulo do respectivo estudo utilizou-se um leque de autores renomados na área, dentre eles Viviane Guerra e Eva Faleiros, visto que ambas possuem um arsenal teórico apto a dar sustentabilidade à conclusão do referido trabalho.

3.3 - Análise dos Dados

É visível a partir dos dados apresentados no Gráfico 1, que 60% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes com a faixa etária entre 11 a 15 anos de idade, e 27% corresponde entre aquelas de 6 a 10 anos de idade e os 13% enfatiza a idade correspondente de 0 a 5 anos de idade.

GRÁFICO 01 – FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA



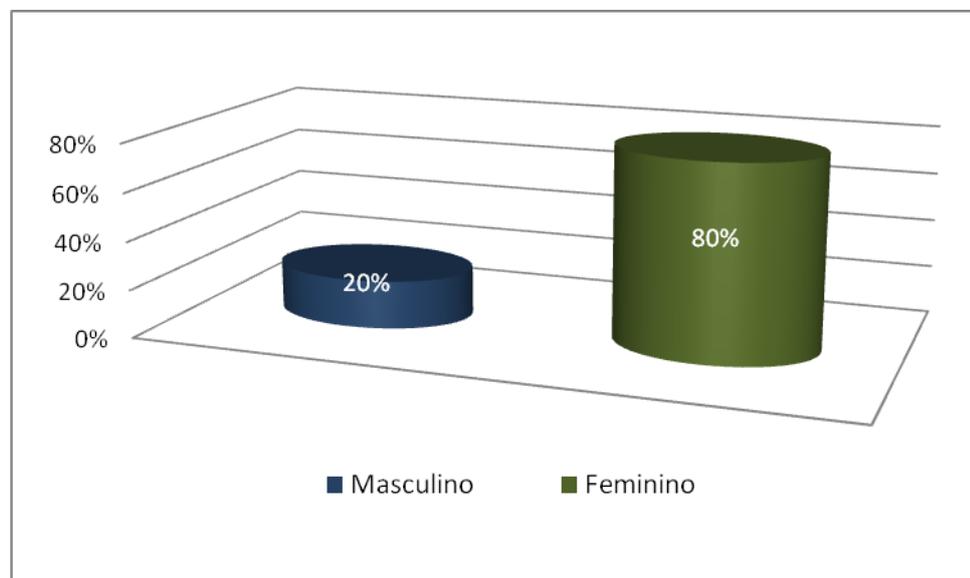
FONTE: FONTE PRIMÁRIA

Assim sendo é importante frisar que a faixa etária das crianças e adolescentes vítimas da violência sexual não vêm evidenciar por si só, o transtorno, a revolta, o constrangimento e

a dor vivenciada por eles (as). Mas aqui é colocada em questão a necessidade emergente de uma proteção imediata e eficaz uma vez que as vítimas em sua maioria encontram-se em processo de desenvolvimento dependendo assim de uma proteção integral tanto para sua formação pessoal como também social.

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é um fato que se configura em sua maioria no abuso de poder do adulto, sendo amparada pelo silêncio que muitas das vezes é mantido pela família ou até mesmo pela sociedade. E é essa transgressão que estabelece uma relação de poder que tende a dificultar o desenvolvimento da criança e adolescente comprometendo ou até mesmo impossibilitando o desenvolvimento de vínculos afetivos fator esse essencial para o seu processo de socialização.

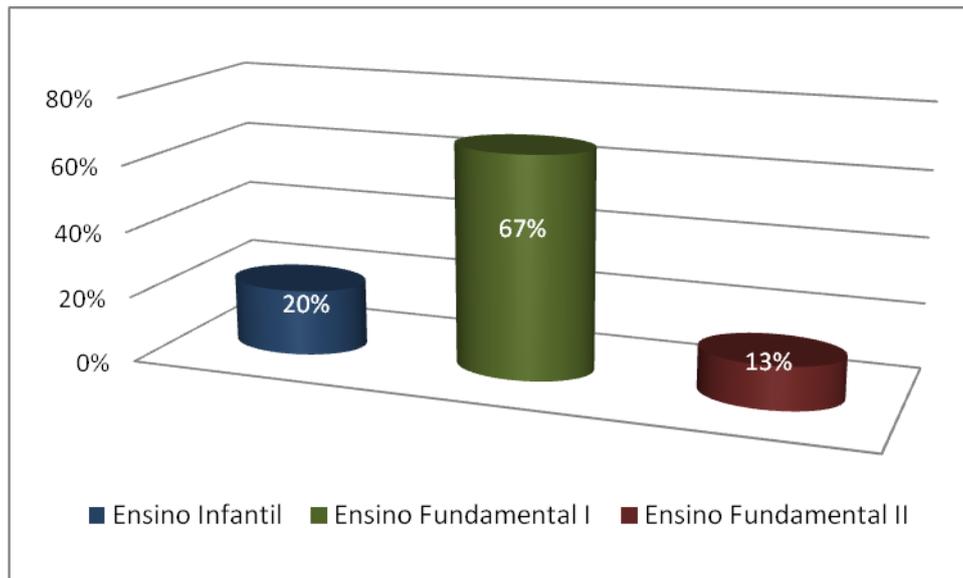
GRÁFICO 02 – GÊNERO DA VÍTIMA



FONTE: FONTE PRIMÁRIA

Em relação ao sexo das vítimas constata-se por meio dos dados apresentados que as meninas corresponderam a 80% de todo o conjunto de ocorrências sendo, portanto alvo principal da violência. O sexo masculino representou 20%. De acordo com estudo e com os dados fica visível que existe um breve predomínio do sexo feminino na categorização da violência. Vinculando assim a violência sexual à questão de gênero atrelado aos aspectos históricos e culturais de nossa sociedade.

GRÁFICO 03 – GRAU DE ESCOLARIDADE DA VÍTIMA

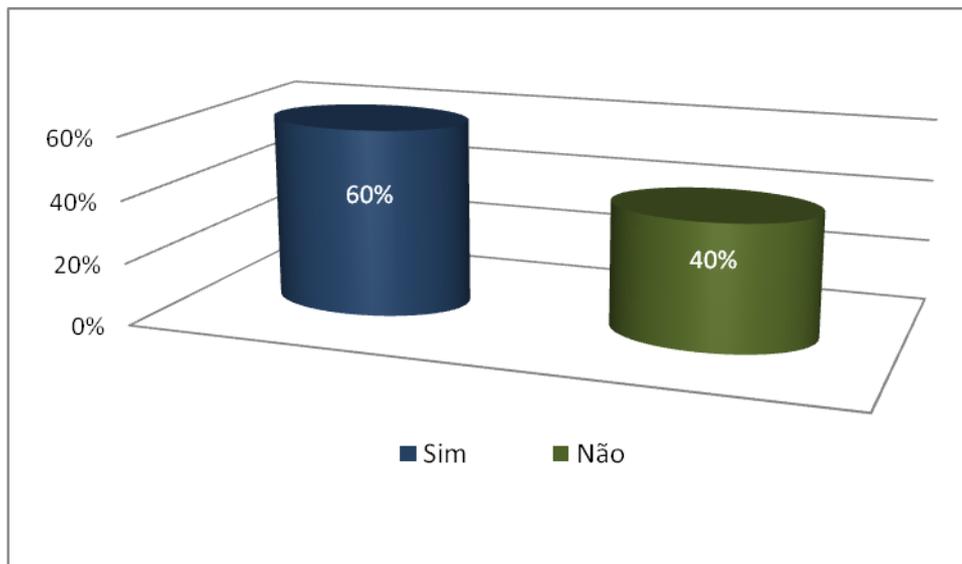


FONTE: FONTE PRIMÁRIA

No que diz respeito ao grau de escolaridade verifica-se que 67% das vítimas encontram-se estudando no ensino fundamental I, e 20% encontram-se no ensino infantil e os 13% estão inseridos no ensino fundamental II. É explícito a dificuldade encontrada por essas crianças e adolescentes para manter-se em ativas nos estudos. Devido essa violência afetar de uma maneira geral a vida dessas crianças e adolescentes, devastando a alegria e até mesmo a vontade de viver.

Conforme é colocado na fala da seguinte entrevistada: “Nunca esperei que isso fosse acontecer comigo, perdi o chão, passei alguns meses sem frequentar a escola por vergonha do que os outros iriam pensar de mim, acabei assim perdendo o ano.” (V.D.S. 15anos)

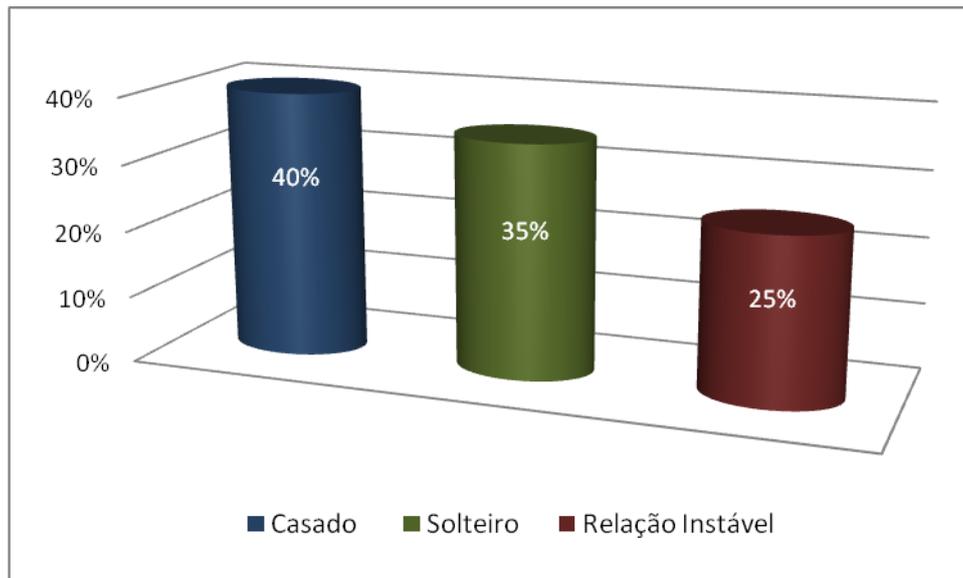
A perda do ano letivo é um dos pontos apresentados pela entrevistada, na medida em que a mesma regrediu no âmbito escolar a partir da violência sofrida. Vale ressaltar que a vergonha, o medo, o preconceito e a não aceitação da realidade vivenciada afeta diretamente o processo de desenvolvimento das vítimas.

GRÁFICO 04 – PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA EM PROGRAMAS SOCIAIS

FONTE: FONTE PRIMÁRIA

Comprova-se após análise do gráfico 04, que 60% das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual estão inseridas em programas sociais e 40% não se encontram inseridos. Os programas sociais sejam eles qual forem sombra de dúvida é um grande instrumento tanto para a prevenção como para a socialização na medida em que busca efetivar os direitos das mesmas tentando romper com os estigmas e os preconceitos que seguem as vítimas.

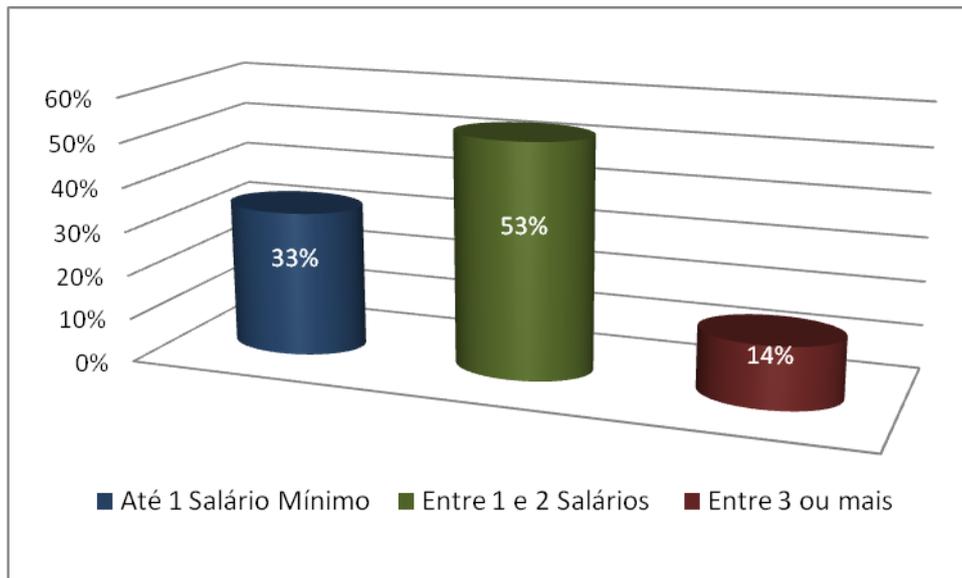
Os programas sociais possibilitam as crianças e adolescentes vitimados sexualmente e as suas famílias o resgate dos seus direitos violados, bem como direciona o acesso aos serviços de Assistência Social, educação, saúde e justiça.

GRÁFICO 05 – ESTADO CÍVIL DOS RESPONSÁVEIS**FONTE: FONTE PRIMÁRIA**

No que se refere ao estado civil dos responsáveis pelas vítimas percebe-se que 40% são casados, 35% são solteiros e mais 25% possuem união instável.

É visível que na atualidade a sociedade de uma forma geral apresenta problemas sociais dos mais diversos vindo a afetar todo o conjunto da vida social e neste conjunto as famílias tornam-se pacientes de erros a serem cometidos.

GRÁFICO 06 – RENDA PER CAPITA DA FAMÍLIA



FONTE: FONTE PRIMÁRIA

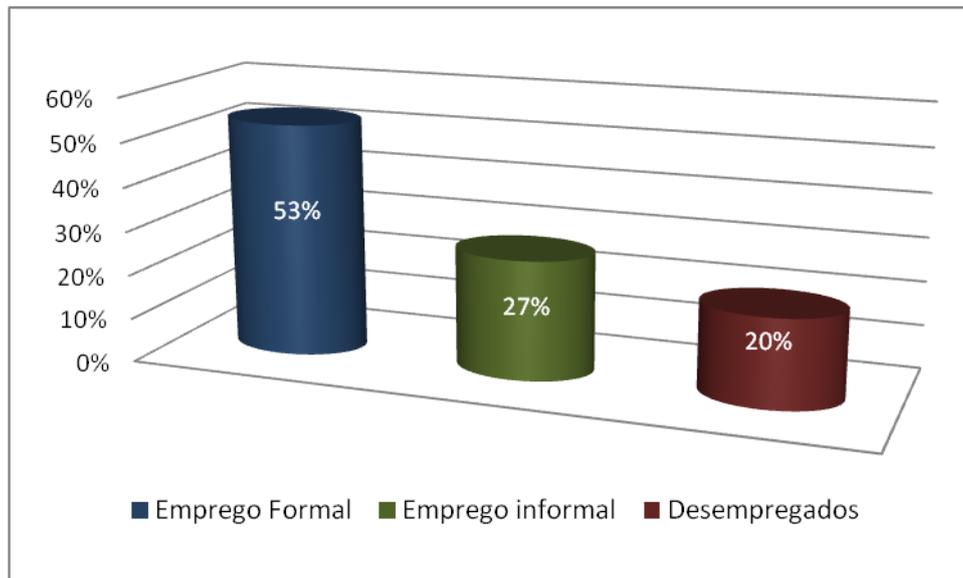
De acordo com os dados levantados sobre a renda per capita da família ficou claro que 53% possuem uma renda de um à dois salários mínimos, 33% de um salário e 14% entre três ou mais salários mínimos.

De acordo com os dados relacionados acima, as más condições socioeconômicas pode vir a desencadear a violência. Não podemos deixar de considerar que o maior número de violência está atrelada as classes sociais menos favorecidas, isso não significa dizer que não haja o fenômeno da violência em outras classe sociais, mas que este fator é mais visível nas camadas sociais mais pobres até porque os mesmos, tendem a denunciar com maior frequência dando assim maior visibilidade.

Conforme coloca Braga (2005:55), “A violência doméstica é uma situação de difícil compreensão que está relacionada a diversos fatores: econômicos, sociais, políticos e culturais.”

Não se busca aqui justificar o fenômeno da violência sexual através da situação socioeconômica, mas apenas enfatizar que este pode vir a ser um fator determinante para que ocorra a violência.

GRÁFICO 07 – SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA



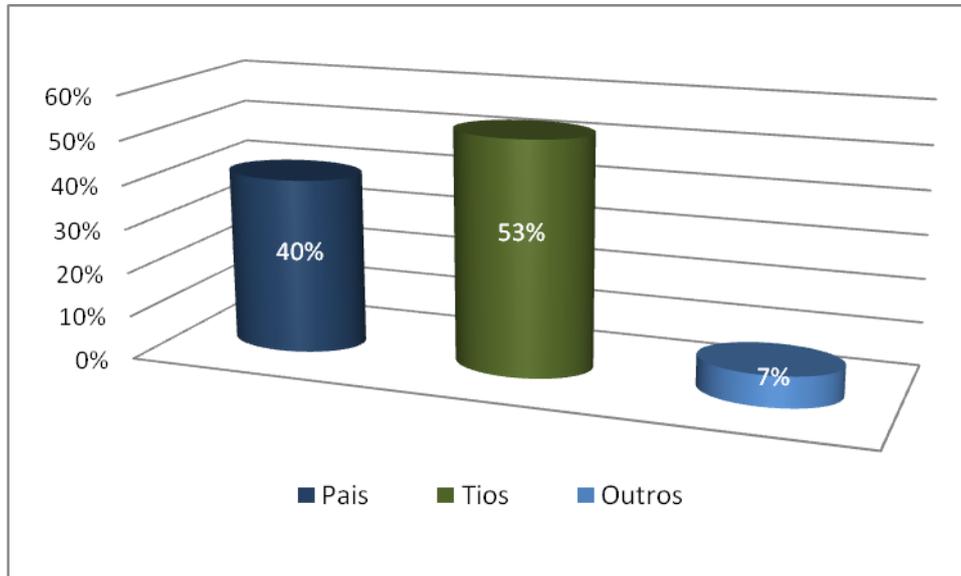
FONTE: FONTE PRIMÁRIA

Em relação a situação empregatícia, 53% estão inseridos (as) no trabalho formal, enquanto 27% trabalham na informalidade, ou seja o trabalho informal e 20% encontram-se desempregados.

De uma maneira global se levarmos em consideração que a década de 1990 e os dias atuais tem como marco a deteriorização do mercado de trabalho, através da queda do trabalho formal, substancialmente como consequência trouxe a precariedade dos empregos.

Essa discussão vai contra a porcentagem exibida no gráfico 07 onde de acordo com os dados levantados 53% das famílias estão inseridas no trabalho formal, mas isso não significa dizer que essa formalidade não acarreta para os mesmos uma precarização, tendo em vista que o salário mínimo em sua maioria não fornece o suporte necessário para a subsistência da família.

GRÁFICO 08 – VÍNCULO ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR



FONTE: FONTE PRIMÁRIA

No que concerne o vínculo entre vítima e agressor percebe-se no gráfico 8 que, 53% dos agressores são os tios enquanto 40% são os pais e 7% foram classificados como outros.

O que não pode passar despercebido nesse gráfico é que as crianças e adolescentes deveriam ter proteção integral dentro de seus lares junto dos seus familiares, e fica bem visível que não é o que ocorre diante dos fatos expostos.

Assim fica claro que a violência contra crianças e adolescentes está cada vez mais presente no interior da família. Trazendo consigo uma conotação cada vez maior desse fenômeno na medida em que tende cada vez mais a descaracterizar o parâmetro familiar.

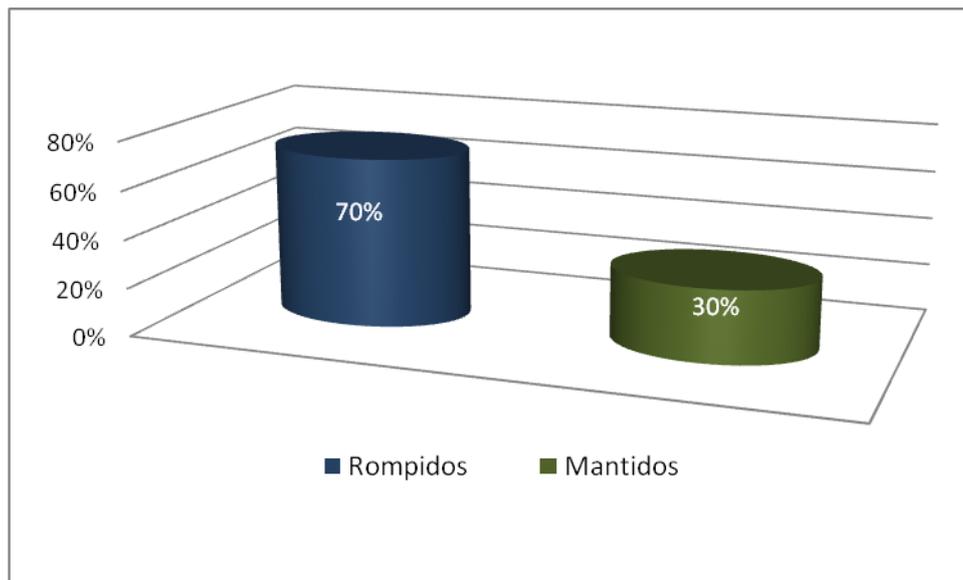
De acordo com as estatísticas, o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, são cometidos em sua maioria por pessoas que possuem uma relação familiar ou afetiva como é o caso dos tios, pais, primos, padrastos, avôs ou até mesmo vizinhos. E como foi frisado no gráfico 2 é mais comum acontecer essa violência contra o sexo feminino.

Esse fato pode ser comprovado na fala da seguinte entrevistada: “Nunca esperei que ele fosse fazer isso comigo, uma pessoa que eu amava e respeitava, hoje só sinto ódio do mau que ele me fez”. (E. B. S. 15 anos)

Através dos casos estudados ficou claro que na maioria das agressões sexuais os agressores não usaram armas nem qualquer tipo de outro objeto, à não ser mesmo a força

física e a intimidação através da força psicológica sendo esse um dos principais fatores que neutralizam a resistência da vítima.

GRÁFICO 09 – CONVIVÊNCIA DA VÍTIMA COM AGRESSOR APÓS A DENÚNCIA



FONTE: FONTE PRIMÁRIA

De acordo com as entrevistas, a relação familiar após a agressão tornou-se ainda mais complexa e difícil. Fato este que pode ser verificado aqui no gráfico 9, onde percebe-se que 70% das entrevistadas (os) romperam definitivamente o vínculo afetivo e 30% permaneceram mesmo de forma ainda conflituosa.

A família sendo ainda a base do indivíduo na sua formação, na falta do amor, carinho, respeito e compreensão futuramente pode vir a desencadear vários fatores negativos na base do desenvolvimento das vítimas. A. A. D. S. (15 anos) em seu relato coloca que: “não quero nunca mais ter proximidade com esse monstro, eu tinha um amor grande por ele, peço a Deus que o perdoe, mas eu não consigo perdoar”.

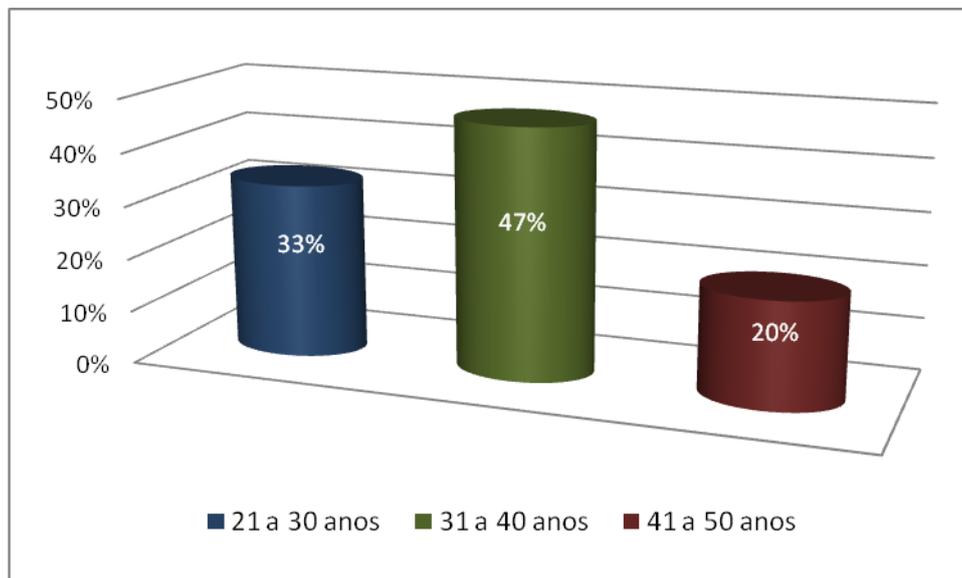
Diante desta realidade fica constatado que a violência de uma forma geral está invadindo o seio familiar, sendo isto um fator muito preocupante, pois o lar ainda mesmo que apresente estas falhas continua a ser o ponto principal de segurança e proteção dos mesmos.

Conforme está assegurado na Constituição Federal de 1988, art. 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 as crianças e adolescentes permaneceram sem uma proteção integral, ou seja, não havia barreiras consistentes que inviabiliza-se a violência contra crianças e adolescentes. Então já na década de 1990 foi implementado o ECA – o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a Lei federal nº 8,069 de 13/07/1990, passando a reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos sem nenhuma distinção.

GRÁFICO 10 – FAIXA ETÁRIA DO AGRESSOR



FONTE: ESTUDO DE CAMPO – 2010

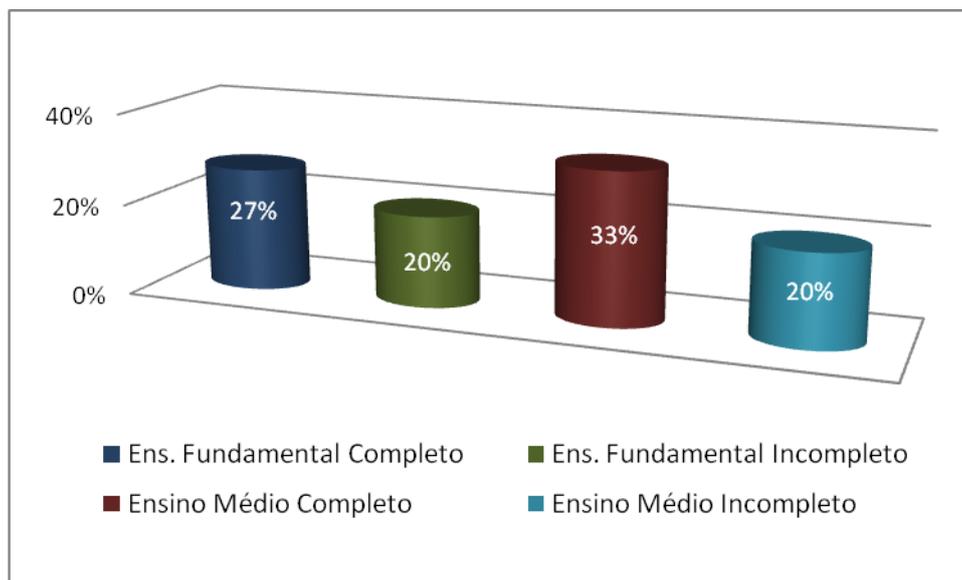
É visível a partir do gráfico 10 que 47% dos agressores que cometem a violência sexual contra crianças e adolescentes de acordo com os dados levantados são de 31 a 40 anos de idade e os 33% correspondem aos de 21 a 30 anos e os 20% estão entre 41 a 50 anos de idade.

Verificou-se através das informações disponíveis que em sua maioria os agressores apresentaram-se agressivos com problemas relacionados ao álcool e uso de drogas.

De acordo com a mãe de uma das vítimas a mesma é clara em sua fala, “eu sabia que ele usava drogas mais nunca passou pela minha cabeça dele se drogar e fazer um mau a minha filha.” (T. S. S. 40 anos).

É importante frisar que essas características, como é o caso do uso do álcool e das drogas podem indicar uma maior probabilidade da violência, não que isso justifique o ato em si como uma relação de causa e efeito.

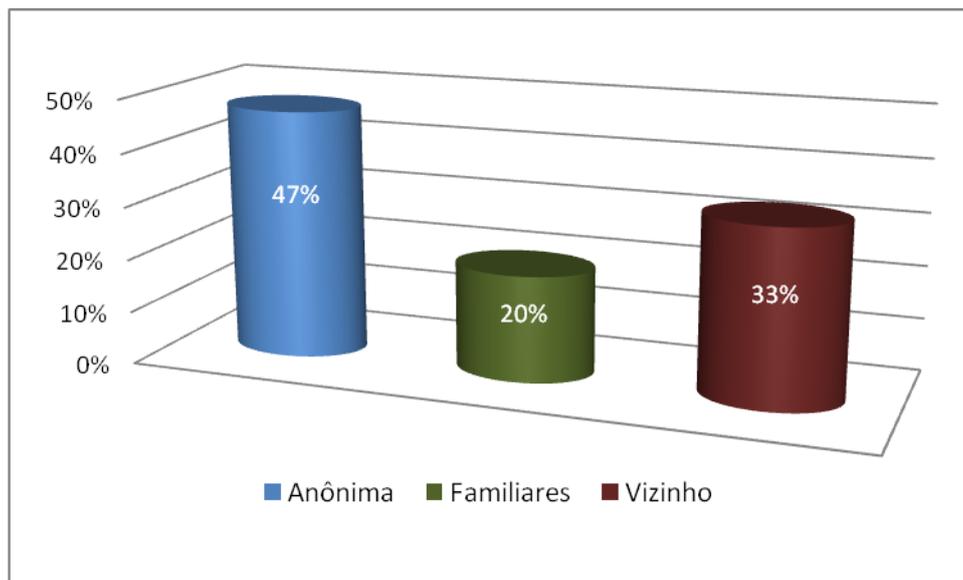
GRÁFICO 11 – GRAU DE ESCOLARIDADE DO AGRESSOR



FONTE: FONTE PRIMÁRIA

No que está relacionado ao grau de escolaridade do agressor nota-se que 33% concluíram o ensino médio em detrimento de 20% que não concluíram o mesmo, 27% concluíram o ensino fundamental e 20% apresentam-se com ensino fundamental incompleto.

A questão que é colocada atualmente é se a acessibilidade escolar é suficiente na aquisição de habilidades, visto que é necessária à vida pessoal e profissional de qualquer indivíduo para o seu desenvolvimento como cidadão consciente de seus direitos e deveres.

GRÁFICO 12 – ORIGEM DA DENÚNCIA**FONTE: FONTE PRIMÁRIA**

Em relação às denúncias realizadas aos órgãos competentes dentre eles o Conselho Tutelar e o CREAS, foi apontado que 47% das denúncias são anônimas, 33% são de vizinhos e 20% são de familiares.

O que é notório é que devido a cultura, essa violência sexual ocorrida muita das vezes no ambiente familiar é encoberta pelos familiares. É preciso ter consciência que não se pode ser conivente, calando-se diante dos casos de violência, uma vez que essa atitude não permite que os pais ou responsáveis tomem nota sobre as conseqüências que no futuro as crianças e adolescentes vítimas da violência sexual podem vir a desencadear sendo adultos transtornados, agressivos e cada vez mais reproduzindo o ciclo da violência.

Chauí (1999:336) coloca a violência como:

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coerção psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundíssimos e irreparáveis, como morte, loucura, a auto-agressão aos outros. Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício circunscrevem aquilo que julgam violência contra um indivíduo ou contra o grupo. Simultaneamente, erguem valores positivos – o bem e a virtude – como barreiras éticas contra a violência.

Então para que no futuro bem próximo não venhamos a encontrar adultos que reproduzam a violência, seja ela qual for, precisamos erradicar essa problemática sendo uma das portas de abertura, a denúncia, pois é dever de todo e qualquer cidadão denunciar qualquer tipo de violência cometida contra criança e adolescentes.

Diante do estudo realizado ficou esclarecido que a desigualdade social entre as classes, pode vir a avivar a prática da violência em especial a sexual que é desencadeada contra crianças e adolescentes em sua maioria. Ficou visível que essa violência não acarreta apenas as menos favorecidas, mas todas as classes sociais, porém esta problemática em sua maioria é predominante nas classes pobres, entre os grupos que encontram-se em situação de risco que é proporcionada pela vulnerabilidade social.

Ressaltando que esta vulnerabilidade social está condicionada as mazelas oriundas das condições socioeconômicas dos indivíduos. Pois esses grupos de pessoas proporcionam uma maior possibilidade de serem absorvidas pelas múltiplas expressões e manifestações da chamada questão social, e com a menor condição de combater a mesma.

Olhando por este ângulo, constata-se que devido as transformações societárias decorrentes das sociedades capitalistas as famílias também passaram por transformações. Subtende-se que o Estado deve ser o protetor dos direitos e o provedor do bem estar social, levando em consideração que para a família cuidar e proteger os seus entes queridos a mesma deveria estar protegida.

Muitos autores afirmam que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes vem crescendo devido ao sistema capitalista que através de suas transformações acarretou e acarreta o desenvolvimento da desigualdade social, através das contradições existentes.

Diante do estudo realizado ficou esclarecido que mesmo com o avanço na legitimidade das políticas sociais com a CF de 1988 e com a implantação do ECA em 1990 a própria década de 90 não se constituiu de um espaço favorecedor aos acréscimo dos direitos sociais.

Assim sendo a questão social não passa a ser mais objeto de intervenção do Estado, as suas próprias políticas sociais são sumariamente substituídas por programas que possuem um caráter transitório, havendo assim a substituição da universalidade dos direitos pela focalização.

É diante da complexidade desses segmentos, que encontra-se o fenômeno da violência cada vez mais crescendo pela falta de políticas universalizantes e de uma intervenção mais direta ao fenômeno vivenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as observações no percurso do desenvolvimento desta pesquisa, ficou claro que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes necessita com urgência de uma atenção redobrada, principalmente no quesito familiar onde essa violência denominada de intrafamiliar cresce gradualmente.

As estatísticas apontam que no Brasil, o sistema de denúncias encontram-se muito fragilizados devido a ausência do processo de informatização adequado para a sistematização dos dados que de fato possibilitaria o desvelamento necessário para a visibilidade desse fenômeno. Diante disso ainda encontra-se em processo de construção cultural a participação da sociedade no quesito enfrentamento da violência sexual principalmente aquela que ocorre no ambiente privado. Sendo assim a omissão, o segredo e a culpa são comportamentos freqüente no âmbito da família, do conhecido e da população. Conduta esta que dificulta a materialização da denúncia e a desmobilização da conduta do agressor, fazendo com que não haja a proteção devida a vítima.

Neste contexto também se pode colocar as conseqüências que essa violência acarreta na vida dessas crianças e adolescentes vitimizadas, que levam como marcas os traumas que possivelmente contribuirá para o mau desenvolvimento psicossocial das mesmas pelo resto da vida. Visto que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno presente em nossa sociedade. Mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90 que veio regulamentar os atendimentos direcionados à crianças e adolescentes que encontram-se em situação de vulnerabilidade ou não, dando assim proteção integral aos mesmos, diante dos resultados da pesquisa ficou constatado que mesmo com seus direitos garantidos por lei, crianças e adolescentes ainda são acometidos por diferentes tipos de violência dentre elas a sexual.

Perante esta realidade vivenciada em nossa sociedade, torna-se imprescindível a mobilização do Estado, da sociedade e da família, buscando assim a garantia e a efetivação dos direitos, a partir dos serviços, vislumbrando-se assim os atendimentos necessários às vítimas de modo em que as mesmas consigam superar as situação vivenciada rompendo assim com esse ciclo.

Constatou-se no decorrer da pesquisa que a violência sexual acometida contra crianças e adolescentes está vinculada as classes sociais menos favorecidas, esclarecendo que de fato

existe este fenômeno em outras classes sociais porém não com tanta visibilidade na medida em que as camadas mais pobres denunciam com maior frequência.

De fato só será possível desenvolver um trabalho que apresente resultados significativos quando todos os serviços trabalharem em conjunto atuando em forma de rede para que assim possam identificar e atender esta demanda tão urgente e específica.

Por fim o trabalho apresentado buscou evidenciar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes que em sua maioria de acordo com os dados levantados encontra-se no âmbito familiar no município de Barbalha. Ressaltando que o trabalho desenvolvido pelo CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social é de extrema importância principalmente na contribuição para o combate dessa violência, mesmo assim fica aqui esclarecido que o trabalho com a família é necessário na medida em que se encontra cada vez mais descaracterizada devido ao cenário atual que vivenciamos da desconstrução familiar.

É preciso a contribuição mais efetiva do aparato estatal na efetivação das políticas públicas na medida em que a mesma encontra-se limitada não contribuindo de forma necessária para o enfrentamento desta problemática.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M.A e GUERRA, V. N. A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. SP: Robe, 1995
- AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Com Licença Vamos à Luta**. São Paulo: Editora Iglu, 1998
- AZEVEDO, Maria Amélia et all. **Organização da Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997
- BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**./ Elaine Rosseti Behring, Ivanete Boschetti. – São Paulo: Cortez, 2006, - (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.2)
- BRAGA, Fernanda Hassan. **Violência Sexual Doméstica: Os Desafios da Intervenção Interdisciplinar**. 2005. 80p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988, com Alterações Adotadas pela Emendas Constitucionais de n. 1 de 1992, a 38 de 2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. – 19. Ed.** - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Assistência Social: Reflexões sobre a Política e sua Regulação**. In: Serviço social e Sociedade, São Paulo, 26, n. 87, p. 123-131, 2006
- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS. Guia de Orientação, n.01 (1ª versão)
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1999
- COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma Equação Possível?**/ Berenice Rojas Couto. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- DUAYER, M. e MEDEIROS, J.L. Miséria Brasileira e Macrofilantropia: Psicografando Marx. In: **Revista da Economia Contemporânea**, V.7, n.2. Rio de Janeiro: UFRA, Instituto de Economia, 2003. P. 237 -2362.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

FALEIROS, EVAT. Silveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Thescurus, 2000

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios do Serviço Social na Era da Globalização**. In: Serviço Social e Sociedade. n. 01. São Paulo. Cortez. 1999. p.153-186

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez. 2001

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **A Violência de Pais Contra Filhos: a Tragédia Revisitada**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1998

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais Contra Filhos: Tragédia Revisitada**. / Viviane Nogueira de Azevedo. GUERRA – 6. Ed. – São Paulo – Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico – Metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez. 1998

IANNI, O. A. A Questão Social, In: **Dossiê 100 anos da República**. Revista USP, nº 3. São Paulo: 1990. P. 43-52.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Marina de Andrade Marconi. Eva Maria Lakatos. - 6.ed. – São Paulo; Atlas, 2005

LEI ORGÂNICA DE ASSISTENCIA SOCIAL – LOAS - LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm> Acesso em: 13 de Setembro 2010

LOPES. Marcia Helena Carvalho. **O Tempo do SUAS**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 76-95, set. 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. São Paulo: Martir Claret, 2002

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MDS e Combate à Fome / SNAS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. MDS e Combate à Fome: Brasília, 2004

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade** – Maria Cecília Minayo – Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1993.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3.edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151-152.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil. In: **Serviço e Sociedade**. nº 50. São Paulo: Cortez. 1996.

SANTOS, Beatriz Camargo dos. Aspectos Causadores da Violência. In: SANTOS, Beatriz Camargo dos (org). **Maus-tratos e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Uma Abordagem Multidisciplinar**. São Leopoldo: Série Cadernos, 1997

SOARES, Laura Tavares. **As Marcas da Ruína Neoliberal sobre a Proteção Social**. (Texto). Disponível em: < [HTTP//www.unafisco.org.br/estudotecnico/2003/as_marcas_da_Ruina.htm](http://www.unafisco.org.br/estudotecnico/2003/as_marcas_da_Ruina.htm)>. Acesso em: 22 de Outubro de 2010

SPOSATI, Aldaíza. **O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 96-122, set. 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Contribuição para a Constituição do Sistema Único de Assistência Social: SUAS**. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 78, p. 171 – 187, jul. 2004.

APÊNDICE

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: Masculino () Feminino ()

Endereço: _____

Estado civil: Solteiro () Casado () Separado ()

Profissão: _____

Escolaridade:

Ens. Fundamental Incompleto ()

Ens. Fundamental Completo ()

Ens. Médio Incompleto ()

Ens. Médio Completo ()

Outros ()

Renda familiar:

Até 1 Salário Mínimo ()

Entre 1 e 2 Salários Mínimos ()

Entre 2 e 3 Salários Mínimos ()

DADOS DA VÍTIMA

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: Masculino () Feminino ()

Endereço: _____

Estado civil: Solteiro () Casado () Separado ()

Escolaridade:

Ens. Fundamental Incompleto ()

Ens. Fundamental Completo ()

Ens. Médio Incompleto ()

Ens. Médio Completo ()

Outros ()

Recebe algum benefício do governo? Sim () Não ()

Vinculo com o agressor: _____

DADOS DO AGRESSOR

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: Masculino () Feminino ()

Endereço: _____

Estado civil: Solteiro () Casado () Separado ()

Escolaridade:

Ens. Fundamental Incompleto ()

Ens. Fundamental Completo ()

Ens. Médio Incompleto ()

Ens. Médio Completo ()

Outros ()

Tipo de dependência química: _____

Profissão: _____